



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PESQUISA - PÓSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

RAÍ VINÍCIUS SANTOS

PERCEPÇÃO SOBRE A VEGETAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CALÇADO-PE

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão/SE

2018

RAÍ VINÍCIUS SANTOS

PERCEPÇÃO SOBRE A VEGETAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CALÇADO-PE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Dr^a Gicélia Mendes da Silva

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão/SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237p Santos, Raí Vinícius
Percepção sobre a vegetação no município de Calçado-PE /
Raí Vinícius Santos ; orientadora Gicélia Mendes da Silva. – São
Cristóvão, SE, 2018.
107 f.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Geografia. 2. Vegetação. 3. Semiárido. 4. Natureza –
Influência do homem. 5. Ecologia humana. 6. Meio ambiente. I.
Silva, Gicélia Mendes da, orient. II. Título.

CDU 911.3:502.11(813.4)

RAÍ VINÍCIUS SANTOS

PERCEPÇÃO SOBRE A VEGETAÇÃO NO MINICÍPIO DE CALÇADO-PE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em ____ de _____ de _____

Dra. Gicélia Mendes da Silva – Universidade Federal de Sergipe
Presidente – Orientadora

Dra. Josefa Eliane S. de Siqueira Pinto - Universidade Federal de Sergipe
Examinador interno

Dra. Maria José Nascimento Soares – Universidade Federal de Sergipe
Examinador externo

Dr. Luiz Carlos Souza Silva - PROFICIAMB – Universidade Federal de Sergipe
Examinador externo (suplente)

À minha família e meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram e influenciaram para realização deste trabalho, OFEREÇO e DEDICO.

Agradecimentos

Para mim, a gratidão é um sentimento nobre! Agradecer é uma arte que só cabe àqueles que reconhecem que uma conquista é o resultado do esforço de muitas pessoas, e nunca de si mesmo, apenas.

Agradeço a Deus, por toda a força concedida nos momentos que mais precisei para o desenvolvimento deste trabalho, e não somente por este motivo, mas tantos outros – impossíveis de serem descritos – que não me deixaram desistir e me colocaram de pé diante de tantas adversidades.

Agradeço aos meus pais Josezito e Rosenilda (Zezito e Rosinha), que sempre me incentivaram e representaram o meu primeiro modelo de cidadão. Ainda gostaria de agradecer a todos os familiares, padrinhos e madrinhas, amigos e colegas que encontrei no decorrer deste percurso.

À minha professora e orientadora Gicélia Mendes, a minha mais sincera gratidão pela paciência e por sempre buscar o melhor de mim. Certamente os melhores conselhos são aqueles acompanhados dos exemplos, e com a professora Gica sempre foi assim, um exemplo de profissionalismo e sensibilidade para com todos.

Ao professor Roberto Lacerda, gostaria de registrar o meu agradecimento e profundo respeito pelo profissional que é e pelo tempo que dedicou à contribuição deste trabalho. Sem dúvidas, seus direcionamentos deram mais segurança para execução das atividades realizadas.

Não poderia também deixar de lembrar da professora Maria Betânia Moreira Amador (*In Memoriam*). Em respeito ao esforço que sempre fez por mim, quero renovar mais uma vez a gratidão, consideração e estima, que são sentimentos com os quais sempre a tive.

RESUMO

Historicamente, o homem se apropria da terra numa busca inerente à sua existência e manutenção. Por vezes, esta relação caracteriza, através do olhar sobre o fenômeno, o modo pelo qual se dá o processo de uso de uma determinada paisagem. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relação da população do Distrito Pitombeira, Calçado-PE, com a vegetação, bem como suas práticas na evidenciação de conservação e potencial econômico. Para tratar a discussão, são abordadas categorias analíticas fundamentais no âmbito da Geografia, assim como as reflexões sobre a questão ambiental em consonância à Geografia Humanística, orientadas pelas perspectivas de Yi-Fu-Tuan e Dardel (1953), na compreensão da realidade por meio da experiência vivida do sujeito. Assim, o estudo assume uma postura humanista cultural, pois trata de questões que se estabelecem a partir da percepção do homem sobre o seu meio. O método utilizado para alicerçar esta pesquisa fundamenta-se no método de estudo de caso, que se enquadra na perspectiva que busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito, formulada com base em suas experiências. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas focalizadas com uma amostra por saturação, que evidenciaram, a partir da fala e do contato direto com o objeto, as variáveis que fomentaram as análises subsequentes. Ainda sobre os caminhos metodológicos, adotou-se, como balizador dos dados obtidos, a técnica proposta por Bardin (2011), determinando a organização e as reflexões quanto aos resultados. Neste sentido, as conclusões revelam que o relacionamento dos sujeitos com a vegetação no Semiárido perfaz, sobretudo, um caminho que está entre a exploração e o pertencimento, e isso tem feito emergir aspectos que enriquecem o debate no campo geográfico, pois caracterizam as realidades que propiciam a compreensão de suas categorias analíticas.

Palavras-chave: Vegetação; Percepção; Semiárido.

ABSTRACT

Historically, man appropriates the earth in a quest inherent in its existence and maintenance. Sometimes this relation characterizes, through the look at the phenomenon, the way in which the process of using a given landscape occurs. Thus, this work presents, as a general objective, the relationship of the population of Pitombeira District, Calçadão-PE, with vegetation, as well as its practices in conservation evidence and economic potential. In order to deal with the discussion, fundamental analytical categories in the scope of Geography were discussed, as well as the reflections on the environmental issue in consonance with Humanistic Geography, guided by the perspectives of Yi-Fu-Tuan and Dardel (1953), in the understanding of reality through of the lived experience of the subject. Thus, the study assumes a cultural humanistic posture, because it deals with issues that are established from the perception of man about his environment. The method used to base this research is based on the case study method, which fits the perspective that seeks the interpretation of the world through the subject's consciousness, formulated based on their experiences. For data collection, we conducted focused interviews with a saturation sample, which showed, from the speech and direct contact with the object, the variables that fostered the subsequent analyzes. Still on the methodological paths, the technique proposed by Bardin (2011) was adopted, as a guide to the obtained data, determining the organization and the reflections about the results. In this sense, the conclusions reveal that the subjects' relationship with the vegetation is, above all, a path that is between exploration and belonging, and this has made emerge aspects that enrich the debate in the geographic field, since they characterize the realities that provide the understanding of their analytical categories.

Keywords: Vegetation; Perception; Semiarid.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Calçado – PE	11
Figura 2: Gráfico da evolução populacional do município de Calçado-PE.....	12
Figura 3: Pirâmides etárias: Calçado-PE, Estado de Pernambuco e Brasil.....	13
Figura 4: Gráfico das Despesas e Receitas orçamentárias do município de Calçado-PE.....	14
Figura 5: Produto Interno Bruto.....	15
Figura 6: Morbidade Hospitalar.....	16
Figura 7: Docentes por nível.....	17
Figura 8: Número de escolas por nível.....	18
Figura 9: Matrículas por nível.....	19
Figura 10: Caráter exploratório da Jurema.....	49
Figura 11: Estacas recém-cortadas.....	52
Figura 12: Madeira pronta para ser queimada e transformada em carvão.....	53
Figura 13: Estacas usadas para fazer cercas.....	54
Figura 14: Área de conservação de árvores nativas no distrito.....	55
Figura 15: Sombra das árvores.....	58
Figura 16: Braúnas no distrito Pitombeira.....	64

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Dados das pirâmides etárias.....	13
Tabela 2: Despesas e receitas orçamentárias do município de Calçado-PE.....	14
Tabela 3: PIB do município de Calado-PE.....	15
Tabela 4: Morbidade hospitalar.....	16
Tabela 5: Docentes por nível.....	17
Tabela 6: Número de escolas por nível.....	18
Tabela 7: Matrículas por nível.....	19
Quadro 1: Referencial x indicadores qualitativos.....	45
Quadro 2: Categorias iniciais.....	46
Quadro 3: Categorias intermediárias.....	46
Quadro 4: Categorias finais.....	47
Quadro 5: Categorias intermediárias.....	62
Quadro 6: Categorias finais.....	63

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
CODEMA	Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
O Distrito Pitombeira e sua relação com a vegetação	11
1. DA QUESTÃO AMBIENTAL À GEOGRAFIA HUMANÍSTICA	22
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	42
2.1. Estudo de caso	42
2.2. Análise de conteúdo	45
3. O SENTIDO E A PRÁTICA NO LUGAR	48
3.1. A percepção e a oralidade revelando traços da realidade	48
3.2. As práticas, o ambiental eo sentido	62
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Tratar da questão ambiental na atualidade implica em uma série de fatores a serem analisados, dentre os quais podemos trazer a conservação, a degradação e os impactos que se acentuam gradativamente.

Historicamente, o homem se apropria da terra numa busca inerente à sua existência e fixação. Por vezes, esta relação caracteriza o processo de uso de uma determinada paisagem. Para alguns, soa até como se o homem cuidasse da natureza somente porque a natureza mantém a condição de existência do homem – o que, de fato, é uma analogia pertinente –, no entanto, o importante aqui é tratar mais que as relações de “trocas”, se assim podemos chamar, e alcançar fatores que perfazem o relacionamento que há entre o homem e o seu meio.

No que concerne à relação do homem para com a natureza, é fundamental colocar em evidência a compreensão do ser frente a sua experiência na subjetividade, através dos sentidos, caracterizando variáveis sobre a consciência e significados acerca de uma paisagem, de um lugar, de uma vegetação, por meio da valoração absorvida do indivíduo.

Para contextualizar esta temática no âmbito geográfico, é importante salientar que o conceito de natureza na Geografia é abordado segundo diversas concepções, mas não se distancia da questão ambiental. Na Geografia, os estudos sobre meio ambiente se deram, mesmo que de forma subjetiva, desde sua sistematização em meados do século XIX, com os alemães Humboldt e Ritter, sendo o primeiro naturalista, descrevendo características naturais das paisagens, como fauna, flora, atmosfera, formações aquáticas e terrestres; e o segundo, filósofo, descrevendo as organizações espaciais dos homens sobre os diferentes lugares. Desses conhecimentos que concebiam aspectos físico-naturais enredados com aspectos humano-sociais, consolidou-se a Geografia, uma ciência preocupada com o que hoje se entende, de forma geral, por meio ambiente.

Aproximando esta discussão aos temas refletidos no âmago deste trabalho, é importante atentar para a importância da vegetação, principalmente de regiões semiáridas, pois diversos fatores supracitados têm agravado o processo de extinção de várias espécies, além da pouca adesão de grande parte da população dessas regiões à importância dessa vegetação.

Tendo em vista a emergência em se discutir e atuar nesta realidade, apresentamos as reflexões de um estudo, cujo tema “PERCEPÇÃO SOBRE A VEGETAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CALÇADO-PE” indagou sobre a vegetação tomando como estudo de caso o município de Calçado-PE (Figura 1), mais precisamente o Distrito Pitombeira. Trata-se de um município com característica rural, com a produção agrícola de feijão e milho sendo a base da economia local, e também podendo ser destacada no segmento agrícola, ainda que em menor expressão, a produção de mandioca, de verduras e legumes. As propriedades são predominantemente de pequenas e médias produções.

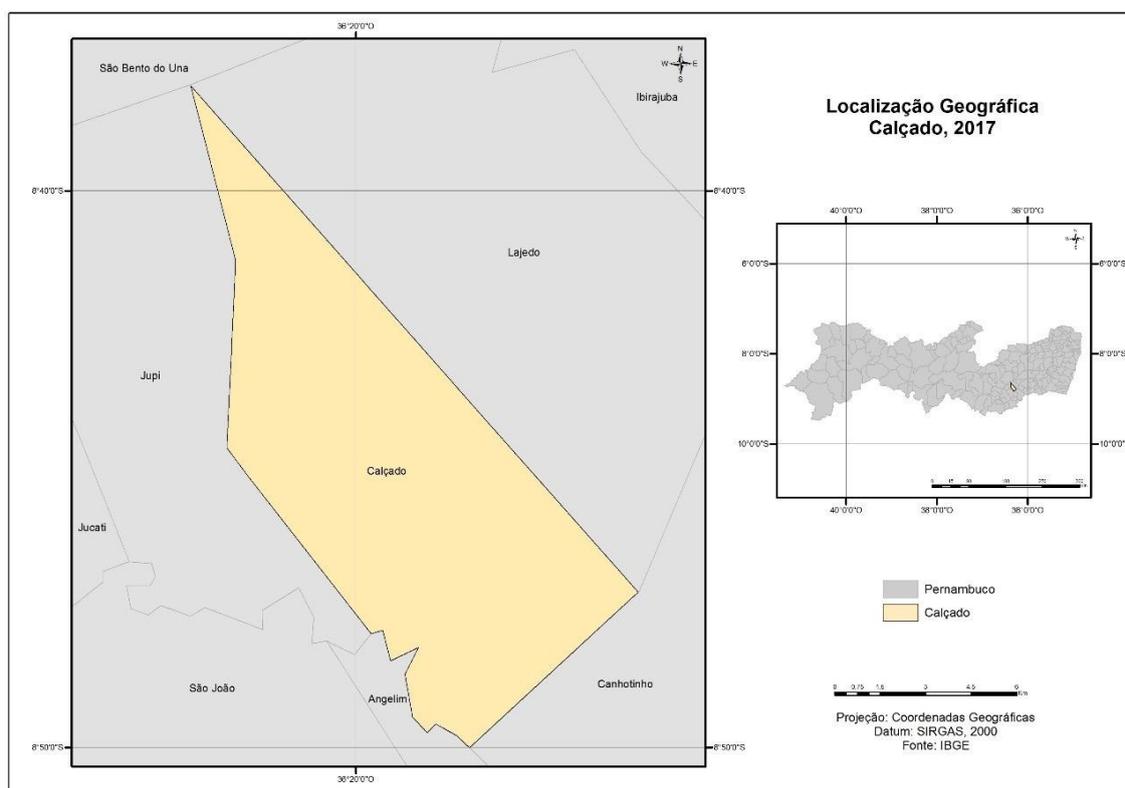


Figura 1: Localização do município de Calçado - PE. Adaptado por Raí Vinicius, 2016.

O distrito Pitombeira e sua relação com a vegetação

No município de Calçado-PE, o Distrito Pitombeira é um dos que se apresentam com a maior concentração de vegetação, do mesmo modo que é um dos que mais sofreram erradicação de sua vegetação. Assim, esta pesquisa atentou em explorar, dentre outros, justamente os fatores que acentuam esse contexto, ao mesmo tempo em que procurou evidenciar, a partir da aproximação com a população e do respectivo resgate de seu entendimento, o relacionamento, as causas e as consequências que emergem por meio da sua experiência direta com o objeto.

As informações apresentadas a seguir contextualizam o município Calçado com o estado de Pernambuco e o Brasil, abordando-as em escalas local, regional e nacional. Há de se levar em consideração que esta abordagem amplia e enriquece o debate acerca das esferas envolvidas e o desenvolvimento da própria pesquisa.

Assim, a coleta de informações e de dados alicerçam a contextualização e caracterização do objeto de estudo e dá uma contribuição no que se refere ao conhecimento da relevância do trabalho num âmbito maior. Há de ser analisada nesse primeiro momento a população do município (Figura 2) e sua evolução de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda nessa ótica, serão mostrados dados e informações sobre economia, saúde e educação.

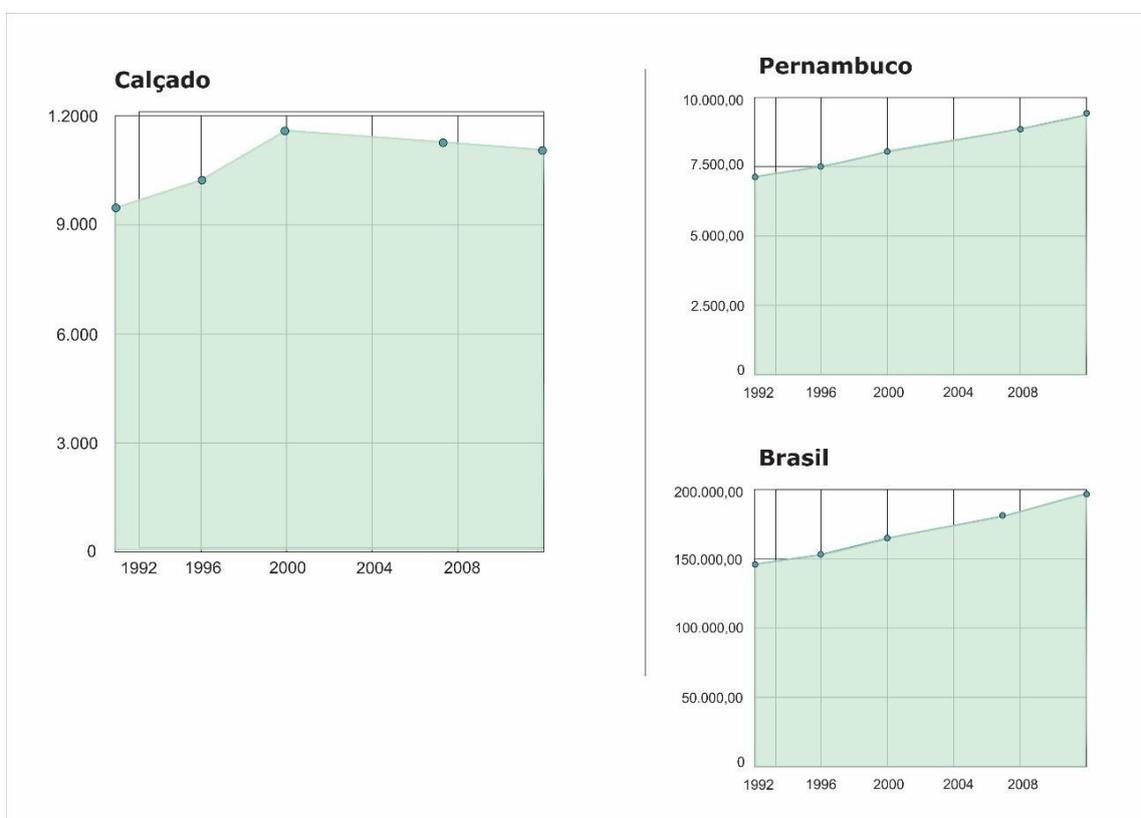


Figura 2: Evolução populacional do município de Calçado-PE- 1991-2010

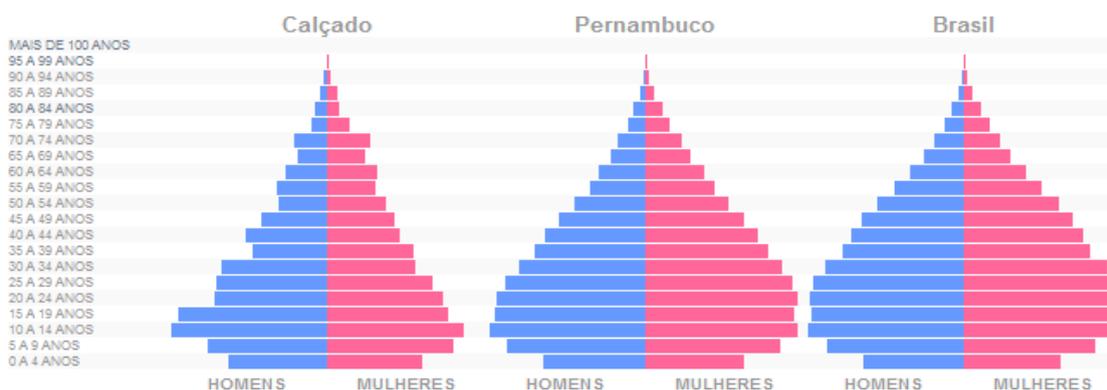


Figura 3: Pirâmides etárias: Calçado-PE, Estado de Pernambuco e Brasil. Fonte: IBGE, 2010.

Idade	Calçado		Pernambuco		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	410	394	277.508	268.115	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	499	527	378.324	366.005	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	649	569	423.568	411.963	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	619	505	407.498	406.100	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	470	485	402.836	414.746	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	458	441	379.000	400.641	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	439	370	344.709	372.344	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	311	363	301.541	333.661	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	340	302	271.173	305.896	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	276	279	233.862	268.313	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	202	248	191.000	225.663	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	208	202	152.743	190.010	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	172	211	128.560	160.049	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	125	162	95.597	124.093	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	136	179	73.653	100.594	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	67	96	46.054	66.426	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	48	52	31.232	46.240	668.589	998.311
85 a 89 anos	27	40	16.348	24.574	310.739	508.702
90 a 94 anos	13	13	6.460	11.060	114.961	211.589
95 a 99 anos	1	6	1.870	3.534	31.528	66.804
Mais de 100 anos	0	1	387	1.212	7.245	16.987

Tabela 1: Dados das pirâmides etárias. Fonte IBGE: Censo Demográfico 2010

A economia do município de Calçado sempre esteve ligada à agricultura, fazendo desta um meio de fixação do homem com o seu lugar; mas, mesmo assim, a economia do município não se desenvolve apenas da agricultura, como se pode perceber nos gráficos e tabelas a seguir:

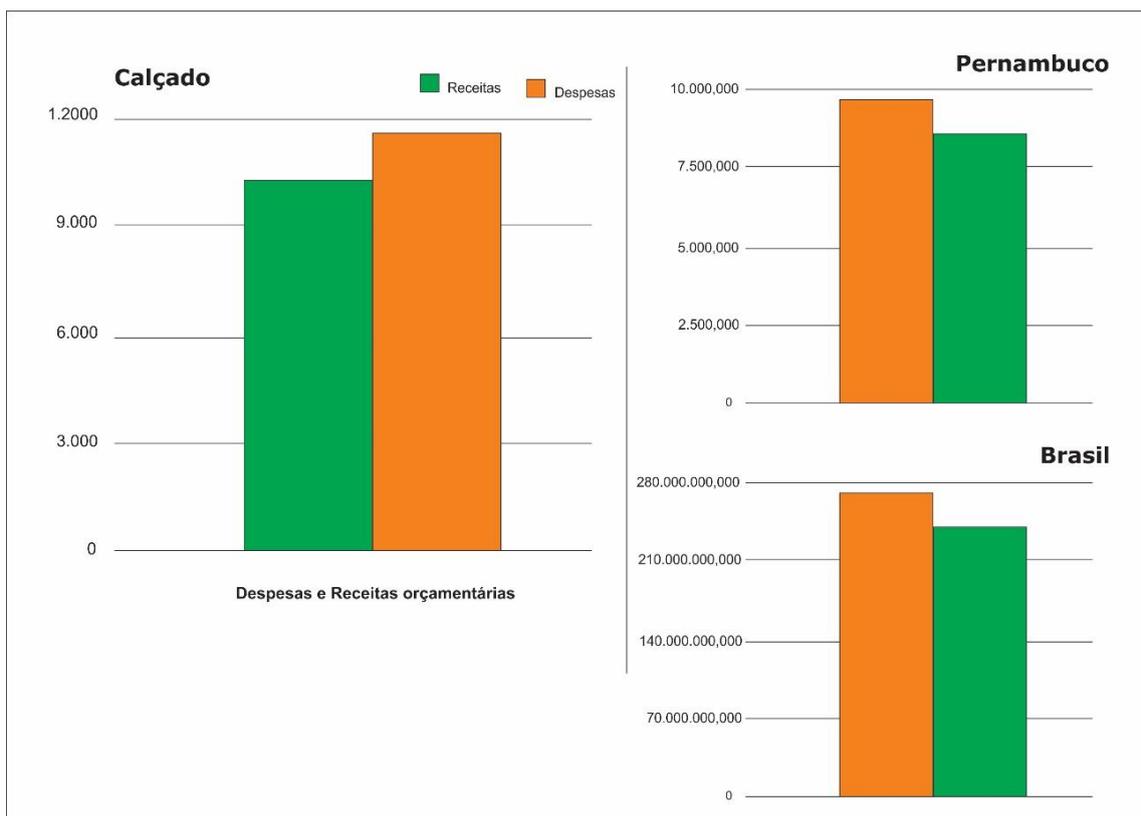


Figura 4: Gráfico das Despesas e Receitas orçamentárias do município de Calçado-PE. Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009. NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados. NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Variável	Calçado	Pernambuco	Brasil
Receitas	10.183.551,70	9.534.829.958,40	270.856.088.564,26
Despesas	11.797.732,81	8.316.329.801,67	232.720.145.984,84

Tabela 2: Despesas e Receitas orçamentárias do município de Calçado-PE. Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009. NOTA 1: Os totais de Brasil e Unidades da Federação são a soma dos valores dos municípios. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados. NOTA 3: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

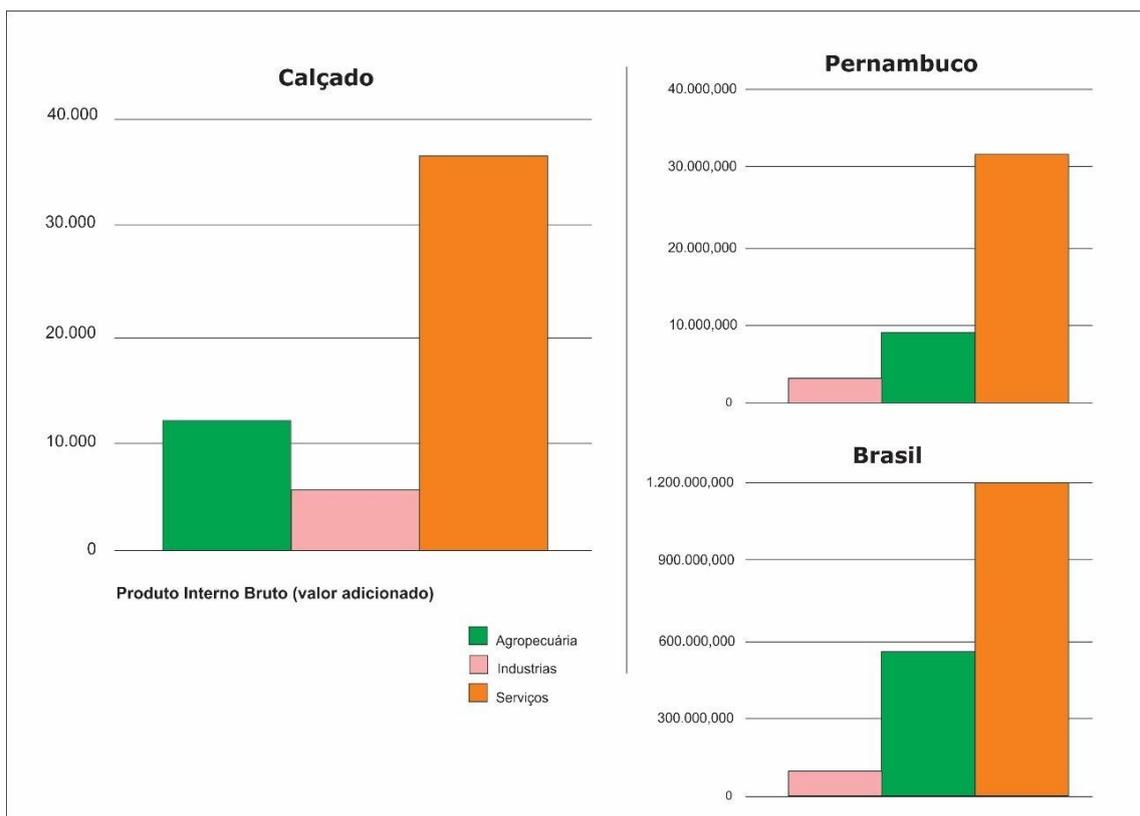


Figura 5: Produto Interno Bruto. Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Variável	Calçado	Pernambuco	Brasil
Agropecuária	12.749	2.201.204	105.163.000
Indústria	4.119	9.489.597	539.315.998
Serviços	37.601	31.227.506	1.197.774.001

Tabela 3: Produto Interno Bruto. Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Alguns dados a respeito da saúde de Calçado-PE serão discriminados para consulta, fomentar e aumentar o acervo de informações que servirão para nortear novas discussões.

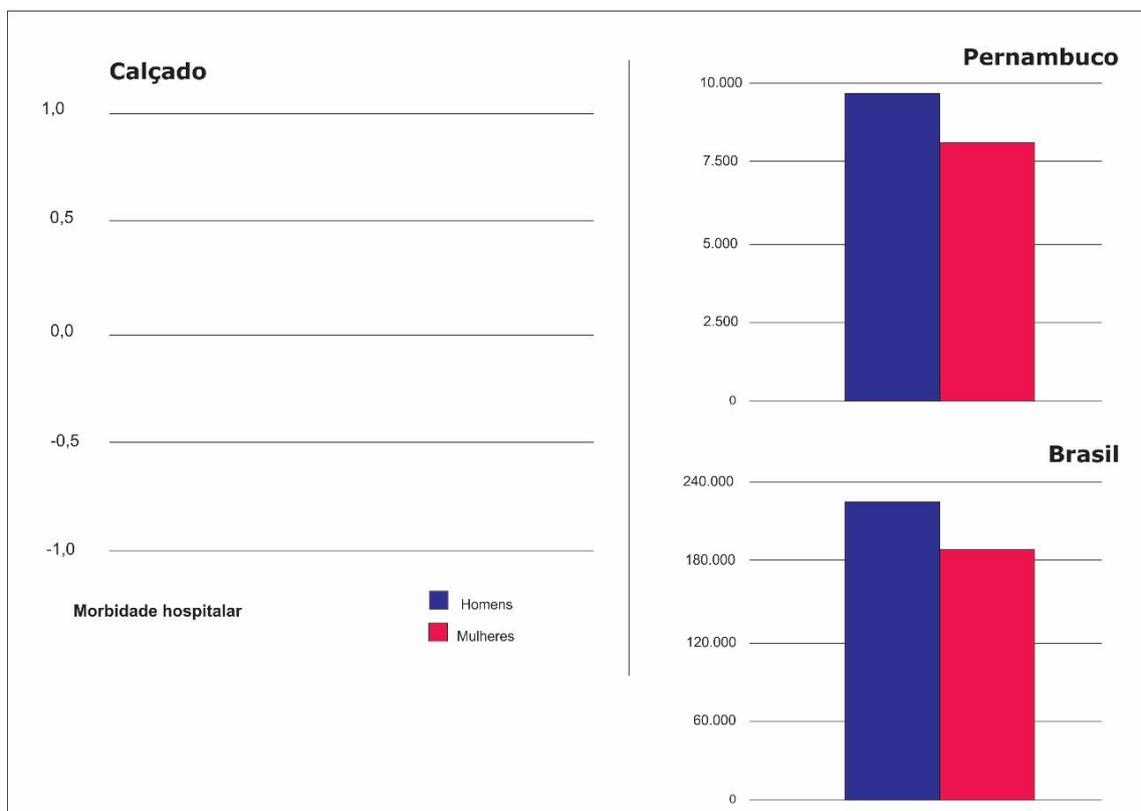


Figura 6: Morbidade Hospitalar. Fontes: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

Variável	Calçado	Pernambuco	Brasil
Homens	Não informado	9.821	228.311
Mulheres	Não informado	8.885	192.206

Tabela 4: Morbidade Hospitalar. Fontes: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado **não informado** às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

Seguem-se agora informações e dados importantes sobre a educação nos níveis pré-escolar, fundamental e médio do município, como também a questão dos docentes, das escolas e dos matriculados.

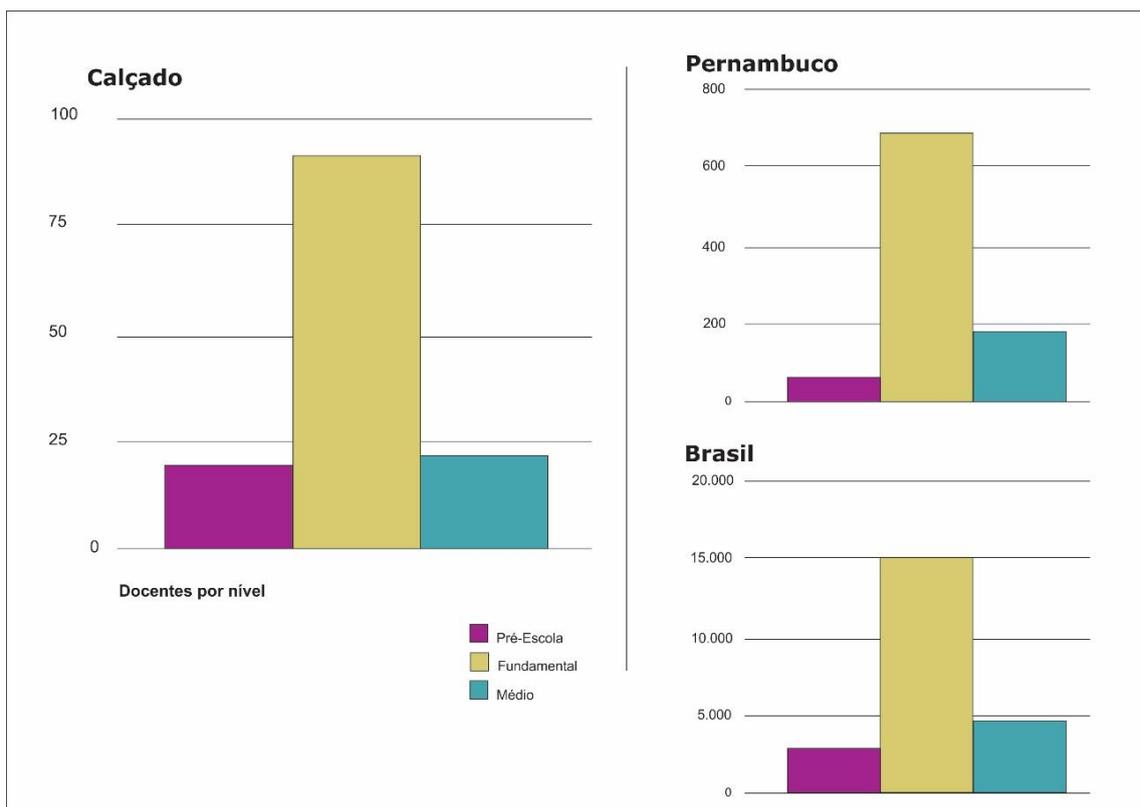


Figura 7: Docentes por nível. Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Variável	Calçado	Pernambuco	Brasil
Pré-escolar	20	126,05	2.812,32
Fundamental	88	696,62	15.412,47
Médio	21	224,00	5.388,60

Tabela 5: Docentes por nível. Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

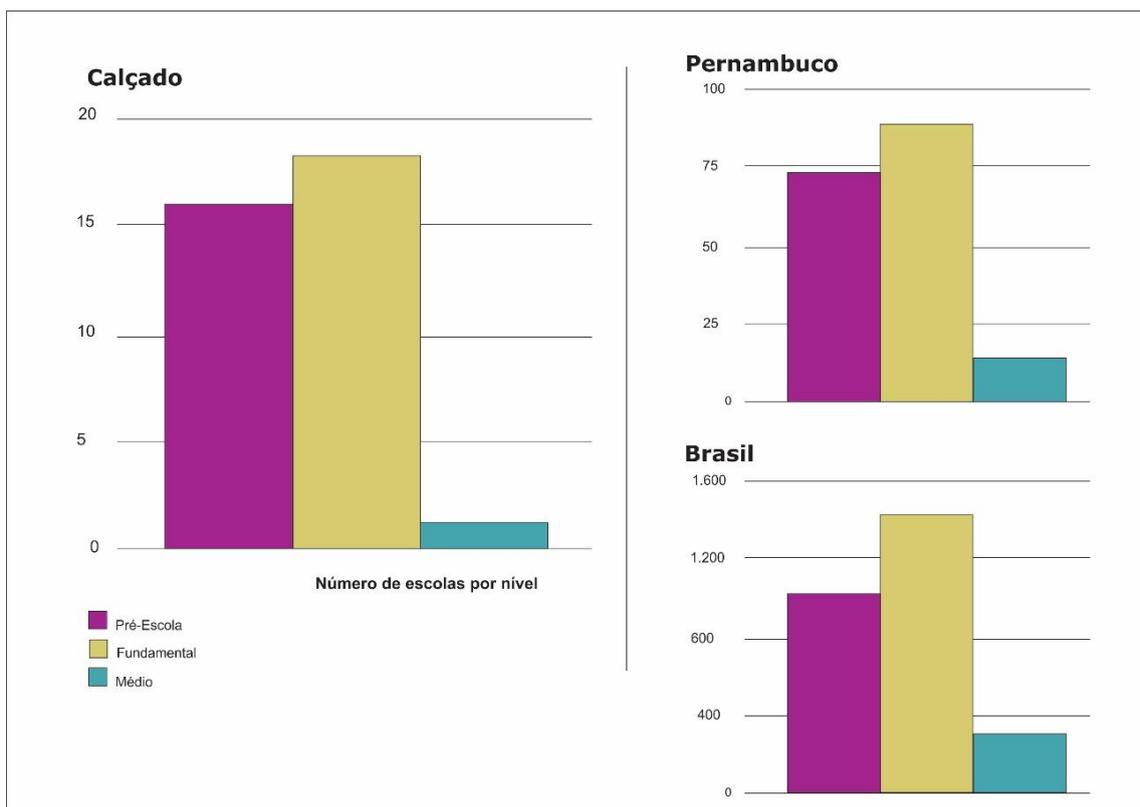


Figura 8: Número de escolas por nível. Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Variável	Calçado	Pernambuco	Brasil
Pré-escolar	16	72,71	1.077,91
Fundamental	18	88,43	1.447,05
Médio	1	11,96	271,64

Tabela 6: Número de escolas por nível: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

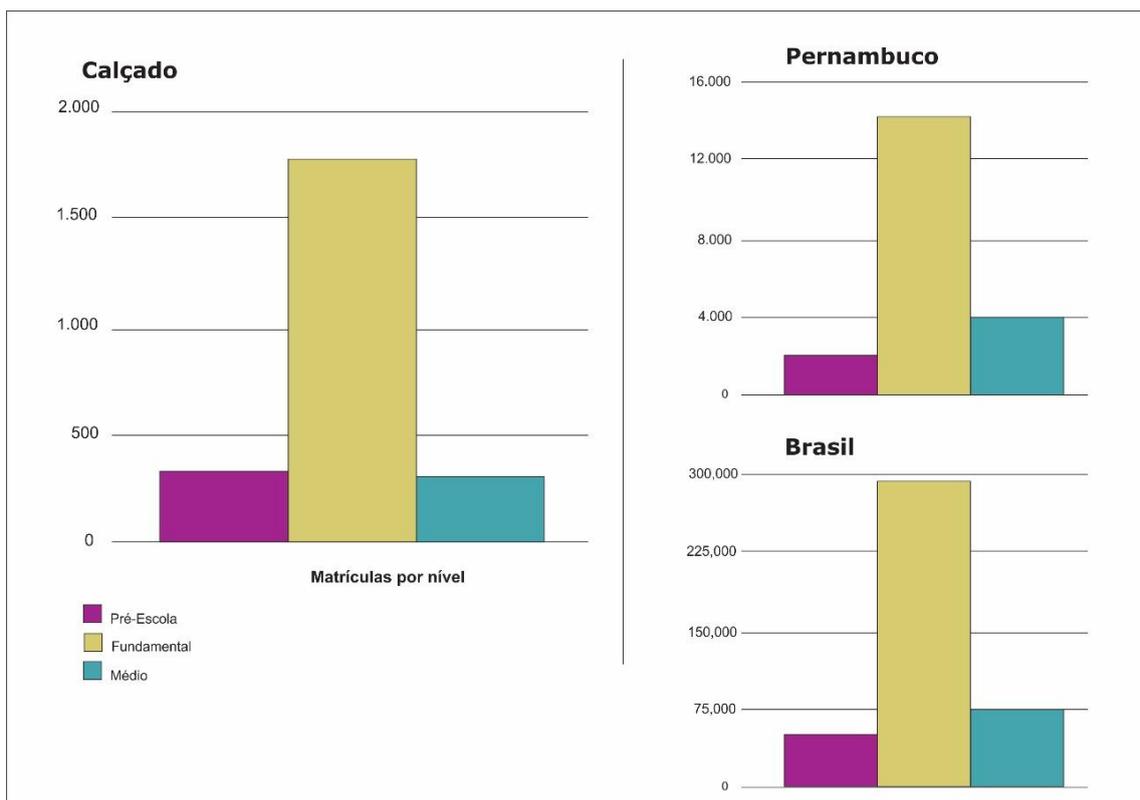


Figura 9: Matrículas por nível: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

Variável	Calçado	Pernambuco	Brasil
Pré-escolar	334	2.428,94	47.547,21
Fundamental	1.790	14.453,22	297.024,98
Médio	322	3.923,84	83.768,52

Tabela 7: Matrículas por nível: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável

Este tipo de pesquisa para a Geografia desencadeia uma série de discussões, sobretudo nas formas como o homem se organiza no espaço, a partir de um fato observado e estudado. Fatores como a economia, a exploração dos recursos naturais, a política, as percepções e discussões ambientais se apresentam como uma rica fonte no embasamento das reflexões.

Este trabalho para o município de Calçado-PE assume uma grande contribuição, pois é pioneiro no trato do relacionamento do homem com a vegetação, servindo de material tanto para futuros estudos no acervo científico, para a própria comunidade

acadêmica, quanto para o desenvolvimento científico do município, além de ser uma leitura para os interessados nas perspectivas de estudo da vegetação do Semiárido.

Considerando estudos já desenvolvidos por Santos e Amador (2013) sobre o município de Calçado, publicações de artigos em que foram resgatadas discussões de cunho ambiental sobre árvores do semiárido, no contexto rural e urbano do município, e motivado pelos resultados adquiridos ao longo desse percurso, surgiu-se a seguinte questão para o tema proposto: De que forma a população do distrito Pitombeira, Calçado-PE, se relaciona com a vegetação e como se dá a apreensão de práticas de uso e/ou conservação para com a mesma?

Para o desenvolvimento da pesquisa, apresenta-se como objetivo geral: analisar a relação da população do distrito Pitombeira, Calçado-PE, com a vegetação, bem como suas práticas na evidenciação de conservação ou potencial econômico para com a mesma. E como objetivos específicos: (i) identificar as principais espécies da vegetação no distrito; (ii) identificar as práticas para com a vegetação; (iii) perceber o entendimento da população sobre conservação e impacto; e (iv) avaliar as práticas de conservação e uso da vegetação.

A hipótese norteadora da pesquisa é a que se segue: a população e os produtores rurais do Distrito Pitombeira do município de Calçado-PE têm noção da importância da vegetação para reprodução e conservação do solo com práticas conservacionistas. E, como antítese: a população e os produtores do Distrito Pitombeira do município de Calçado-PE não têm noção da importância da conservação da vegetação e também não têm atitudes e práticas conservacionistas para com ela.

Para nortear nossa reflexão, são utilizadas categorias analíticas fundamentais no âmbito da Geografia: a Paisagem e o Lugar. De Dardel (1953), em sua obra “O Homem e a Terra”, trazemos para o contexto dos estudos humanistas o conceito de *geograficidade*, a essência geográfica de ser-e-estar-no-mundo, associando justamente os conceitos de Paisagem e Lugar, na efetiva intenção de permitir uma compreensão com base na experiência vivida do sujeito.

O texto está estruturado seguindo critérios de organização, quais sejam: referencial teórico, em que são tratadas as questões ambientais associadas ao contexto humanista da Geografia e os autores com suas respectivas teorias, coadunando-se a Tuan e Dardel, que embasam e fundamentam as discussões posteriores, bem como as

considerações sobre Paisagem e Lugar, quando apresentamos as concepções no que diz respeito ao estudo das categorias analíticas da pesquisa; procedimentos metodológicos, em que colocamos em evidência o método que é o “DNA” do trabalho desenvolvido e os procedimentos ancorados no mesmo, para viabilização das atividades que se sucederam; e, por fim, trazemos todo o material como resultado, além das discussões e reflexões subsequentes, justapondo ao referencial teórico para o desenvolvimento das conclusões acerca do fato estudado. Após os resultados e discussões, seguem-se as referências aos autores que fundamentaram a pesquisa, os apêndices e anexos.

1. DA QUESTÃO AMBIENTAL À GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

Para discutir elementos que integrem os aspectos ambientais ao âmbito humanístico da Geografia, faz-se necessário um aprofundamento teórico, de forma a trazer as primeiras reflexões sobre a evolução dos conceitos julgados pertinentes para a compreensão dos resultados adquiridos.

Para isso, é essencial inserir a discussão sobre Natureza dentro da ciência geográfica, pois esta precede a reflexão sobre a questão ambiental e nos coloca frente a um amplo debate acerca das suas categorias e de suas possíveis definições. A materialização no espaço nos permite pensá-la a partir da paisagem e do lugar, adentrando em uma reflexão em que emerge uma outra discussão de cunho ambiental.

Tratar o conceito de Natureza numa perspectiva humanista coloca sua definição atrelada aos sentidos das coisas, sem uma necessidade ou explicação específica de existência, como considera Merleau-Ponty (2000) que existe natureza por toda parte em que há vida com sentido, porém sem pensamento.

Subsidiar a reflexão sobre Natureza cabe sobretudo à Geografia, devido ao fato de este conhecimento ser fundamental nas perspectivas que evocam as relações e as formas como o homem age e interage em sociedade. Cabe aqui buscar-se a compreensão sobre o uso de sua definição no campo geográfico, devido às relações que se estabelecem no espaço geográfico, entendendo a necessidade de ser discutida e pensada.

Buscando a compreensão da relação do homem em sociedade, entendemos simultaneamente que não se pode distanciar da ideia de natureza. Mais que isso, a natureza torna-se parte da Geografia.

Pensemos o conceito de natureza em evolução, acompanhado pelo desenvolvimento concomitante da sociedade e com as relações que se estabelecem no contato do homem com o meio. O primeiro conceito de Natureza nesta ótica, segundo Montibelles Filho (2004), foi o das culturas arcaicas, nas quais o homem não está apenas em contato direto com a Natureza, mas ele é parte dessa natureza também. Ao mesmo tempo em que se encontra em meio às relações sociais, se encontra também como elemento de um quadro natural.

Com o surgimento da Filosofia, a discussão sobre Natureza ganhou outras questões de reflexões, a saber:

A realidade é a Natureza e dela fazem parte os humanos e as instituições humanas. Por sua participação na Natureza, os humanos podem conhecê-la, pois são feitos dos mesmos elementos que ela e participam da mesma inteligência que a habita e dirige... Desta forma, o intelecto humano conhece a inteligibilidade do mundo, alcança a racionalidade do real e pode pensar a realidade porque nós e ela somos feitos da mesma maneira, com os mesmos elementos e com a mesma inteligência. (CHAUI, 2001, p. 113)

Outras noções foram sendo introduzidas ao conceito de Natureza, conforme a evolução do pensamento e dos condicionantes que se arraigavam no processo de construção das sociedades, de suas ideologias e de seus respectivos paradigmas. Marcado pela influência da Igreja Católica Apostólica Romana, na Idade Média, quando tudo obedecia a uma ordem divina, ou seja, os elementos naturais eram, pois, obra da criação de Deus. Marcado também pela influência do capitalismo, a partir de sua firmação como modo de produção, no período renascentista, bem como pela consolidação de um discurso mais técnico, em que se discutia uma natureza mecanizada a partir das relações sociais.

Desse modo, entra em discussão não somente o desenvolvimento quanto ao conceito de natureza, mas também faz-se necessário refletir sobre uma categoria analítica fundamental para a Geografia, levando à existência de uma íntima relação de definição com a natureza, e que desempenham papel importante para as análises que perpassam por este estudo: a paisagem.

Quanto ao conceito de paisagem, é de suma importância refletir sobre a seguinte afirmativa:

(...) o conceito científico de paisagem abrange uma realidade que reflete as profundas relações, frequentemente não visíveis, entre seus elementos. A pesquisa dessas relações é um tema de investigação regida pelas regras do método científico. Que nos seja permitido para facilitar usar de uma metáfora possivelmente desgastada: a 'paisagem', na acepção vulgar do termo, nada mais é do que a parte emersa do 'iceberg'. Ao pesquisador, cabe estudar toda a parte escondida para compreender a parte revelada. (TRICART, 1981, p. 8)

A discussão sobre paisagem tem início com as pinturas no ocidente, revelando o interesse pela natureza com diferentes visões, a depender do que seja observado, porém sempre embasadas pelas explicações teológicas dominadoras da época.

Em consequência da ruptura com a visão teológica-medieval e como a paisagem surgiu e foi, até o século XVIII, sinônimo de pintura, integrava-se numa série de acontecimentos que dão corpo às realidades da modernidade. É interpretada na Geografia por tratar do que é visível na superfície da terra, como também por se referir a aspectos invisíveis, ou seja, aspectos ligados à subjetividade.

Abordar a paisagem no período positivista era de pouca importância, devido ao positivismo tomar o objeto fora do sujeito, considerando o conceito de paisagem subjetivo e elaborado pela mente. Somente no século XX, o conceito e o uso de paisagem, enquanto elemento de discussão e força na Geografia, passam a ser inseridos no universo acadêmico a partir do modo como é visto, percebido e sentido.

A compreensão da paisagem perpassa pela compreensão de natureza, pois é na natureza que a paisagem assume para si a forma de ver o mundo, mobilizando os sentidos e constituindo-se como modelo cultural de concepção. A pintura foi fundamental na contemplação e apreciação da natureza, porque levou as pessoas a olharem essa mesma natureza de outra forma, valorizando o espetáculo estético, além da construção de códigos para apreciação.

Nessa lógica, temos a paisagem surgindo ao mesmo tempo de uma revolução científica e técnica que ultrapassa o concurso divino, tornando-se objeto de conhecimento, abrindo caminhos e transformando diversos fins.

Essa discussão na Geografia ganha outros parâmetros de análise. A sistematização da Geografia enquanto Ciência traz a paisagem – ainda com a herança estética romântica naturalista – ocupando lugar proeminente em sua constituição, embora ainda não tenha um conceito preciso. Ora significava uma porção limitada da superfície da Terra, ora a aparência da terra tal qual ela era percebida pelo observador.

Assim, num primeiro momento temos o estudo sobre paisagem em dicotomia. Para alguns geógrafos, a paisagem era vista como uma fisionomia caracterizada por formas e o seu estudo recorria basicamente ao método morfológico. Em contrapartida, outros geógrafos privilegiaram as características de uma área em seus aspectos físico-naturais e humanos e o resultado das inter-relações dos fenômenos nesse território.

Os estudos sobre paisagem, em seu início na Geografia, foram muito direcionados nas formas físicas da superfície terrestre. Foram progressivamente introduzindo os dados

da transformação humana do ambiente no tempo, caracterizando uma paisagem cultural face a uma paisagem natural, mas que não perdiam suas ligações recíprocas.

No início do século XX, os geógrafos já preocupados com a afirmação científica da Geografia e com a eminente dicotomia entre geografia física e geografia humana, ao conceito de paisagem foram introduzidos elementos do mundo físico, entre estes os grupos humanos e suas respectivas ações numa dada área. Essas diferentes combinações de fenômenos na superfície terrestre iriam se traduzir em diferentes morfologias do território, conseqüentemente revelando-se sob diferentes paisagens, ou seja, cada região teria uma paisagem própria.

A paisagem, no estudo proposto nesta pesquisa, assume para si papel fundamental, pois quando pensamos a paisagem usamos da nossa percepção para identificá-la e construí-la. A maneira como percebemos o ambiente se dá pelo contato direto dos dados sensoriais influenciando diretamente na nossa compreensão de mundo, ao mesmo tempo em que somos influenciados por ele.

[...] A paisagem percebida define-se como imagem surgida da elaboração mental de um conjunto de percepções que caracterizam uma cena observada e sentida em um momento concreto. A paisagem valorizada significa o valor relativo (estético, simbólico e ideológico) que um sistema ou grupo humano determina. (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2013, p. 16)

Pensar a paisagem na Geografia era, sem dúvidas, entendê-la como um objeto formulado pela percepção de quem a observava. Os aspectos que emergiam a partir dessa observação, evidentemente, se caracterizavam pelas aparências físicas da paisagem, como fauna, flora e feições morfológicas, por exemplo. Eram características que mostravam o exterior das coisas de forma a compreendê-las pelo olhar objetivo de causa e efeito sobre uma dada realidade.

A concepção dos geógrafos, no que diz respeito à paisagem, à sua definição e aos meios de estudá-la, evoluíram desde o início do século XX. Certos elementos, no entanto, permaneceram relativamente estáveis. Em Vidal de La Blache, temos a paisagem não apenas como representações subjetivas, mas sim como uma realidade objetiva que identifica verdadeiramente um território e que é necessário reconhecer, localizar, delimitar, tanto espacialmente, como qualitativamente, a fim de reproduzi-las.

A busca do homem é por realizar-se historicamente, e esta realização não pode se concretizar senão sobre a Terra. A *geograficidade* permite que de um modo propriamente humano, conceitos e definições passem pela experiência de quem as vivencia.

Seguindo-se por essas perspectivas, é possível verificar, a partir da evolução do pensamento geográfico, a busca por diversas abordagens das relações entre o homem e a natureza e, em seguida, entre sociedade e natureza, buscando ter uma visão mais ampla do espaço em suas investigações. Assim, feitas as devidas ponderações sobre a natureza e o desenvolvimento do conceito de paisagem para a Geografia, surge-se a necessidade de se discutir sobre o meio ambiente.

Refletir sobre natureza e paisagem acaba por desenvolver uma outra discussão. Esta, nas últimas décadas, se destaca pelo avanço tecnológico e pelas informações que se disseminam rapidamente: a questão ambiental está entre os fatos mais discutidos em todo o globo terrestre e assume uma das bases deste trabalho.

A história da sociedade humana, principalmente nos últimos tempos, encontra-se fortemente marcada pelo debate acerca da questão ambiental, fato que repercute de maneira integral no escopo do conhecimento geográfico.

Houve que ocorreu uma lenta transformação quanto à definição dos termos ambiente e ambientalismo, visto que, até a metade do século XX, as discussões relativas a essa temática ainda tinham uma concepção majoritariamente naturalista e científica, pois as relações sociais ainda se encontravam como que camufladas ou discutidas de forma tímida no tocante a essas realidades.

Importante perceber que nesta linha de pensamento, dentro de uma perspectiva geográfica e principalmente nas últimas décadas, as atividades humanas romperam com a ideia e a concepção naturalista, transformando a discussão até então a partir de uma separação de análise.

Uma análise, de forma geral, evidencia que a abordagem do meio ambiente está ligada à natureza, caracterizando uma prioridade de análise para se compreender a realidade ambiental, ou seja, seria hierarquicamente analisado o quadro natural para se ter uma dimensão das questões ambientais.

Mesmo se tornando cada vez mais um tema estudado e abordado nos espaços acadêmicos das diversas áreas, a questão do meio ambiente não se dissociava daqueles

que historicamente evoluíram arraigados ao termo, que são os dos princípios naturalistas. Neste momento, inserir perspectivas humanas, incluindo toda gama de ramificações que lhe são próprias, parecia ser ainda um desafio na compreensão das questões que insurgem sobre o meio ambiente.

Analisar a abordagem ambiental no campo geográfico moderno, segundo Mendonça (1993), coloca o ambiente numa primeira concepção como sinônimo de natureza, concepção esta que se estende até meados do século XX; sendo possível observar também, entretanto, como uma postura filosófica perante o mundo, por parte de cientistas e intelectuais, inclusive de geógrafos. Nesse momento, observa-se um princípio de abordagem da questão ambiental iniciando-se a partir do tecnicismo.

Uma outra postura ainda pode ser destacada, segundo Moraes (1994), a partir da qual o romantismo é fortemente marcado por perspectivas políticas extremistas, na condução de problemas ambientais. A partir disso é que se observa o rompimento das características majoritariamente descritivas-analíticas do ambiente natural, passando a abordá-lo na perspectiva da interação sociedade-natureza e propondo, de forma detalhada e consciente, a melhoria da qualidade de vida do homem.

Em linhas mais gerais, principalmente nas ponderações mais recentes, temos nessa discussão a evolução do pensamento geográfico que, carregado com os inúmeros legados, não existiu de fato uma abordagem que tratasse essa dinâmica natural na relação com a humana; sempre os estudos priorizavam ou a natureza ou o homem.

É importante salientar que, somente no final do século XIX, E. Reclus se esforçou por produzir uma geografia de cunho ambientalista, a partir da qual pôde se propor uma ponte entre o homem e a natureza. Mesmo assim, essa abordagem proposta por Reclus não teve uma aceitação imediata, devido ao pioneirismo de uma obra que assumiria um método tão diferente do até então positivismo elementar que se destacava na Geografia. Só na década de sessenta do século XX, a obra de Reclus foi editada e chegou ao conhecimento da grande ciência geográfica, de acordo com Mendonça (2004).

Nos anos cinquenta, o surgimento de uma nova geografia buscou um novo levantamento a respeito da geografia física – entenda-se física a natureza até então –, onde recebe uma abordagem carregada pela teoria de sistemas. Na sequência dessa etapa, a teoria ganharia mais força no início dos anos 1960 com V. Sotchava, quando este aborda

o geossistema – teoria de sistemas integrado à Geografia – como um tratamento do quadro natural do planeta, embora ainda de cunho positivista e dissociado da sociedade.

Entre as décadas de sessenta e setenta, uma série de fatores, tais como a explosão demográfica, a seca-fome-desertificação na África e os movimentos sociais, fizeram com que a temática ambiental entrasse nas mais importantes discussões a nível global. Assim, uma preocupação eminente com o meio ambiente se fazia em ascensão e presente nestes diálogos.

Importante destacar aqui a Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, que representou um marco no tratamento de questões ambientais, porém o que aconteceu não foi o que se esperava, devido à grandiosidade do evento, pois as ações depredadoras do capitalismo se tornaram mais acentuadas. Então, tardiamente houve outra conferência, esta ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992.

Dentre as declarações que foram discutidas nas duas conferências, destaca-se um ponto ao qual se dá relevante atenção neste trabalho, pois assegura o trato das ações do homem com a natureza:

O homem é a um só tempo obra e artífice do meio que o rodeia, o qual lhe dá sustento material e a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta, chegou-se a uma etapa que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e numa escala sem precedentes, tudo o quanto rodeia. Os dois aspectos do meio ambiente, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, incluído o direito à própria vida. (ESTOCOLMO, 1972 *apud* MENDONÇA, 2004, p. 48).

O desafio de tratar a temática ambiental entre as décadas de sessenta a oitenta, dentro dos conceitos ideológicos que se destacavam na época, se deu de forma limitada, tanto à lógica marxista, quanto ao positivismo. O marxismo, por abordar um viés voltado à produção no espaço social, se limitava na forma integrada, a qual o meio e o ambiente estão ligados. O positivismo também não satisfazia o paradigma a partir do qual a análise se desenvolveria e, portanto, não pôde ser o principal método na questão. Assim, as discussões passaram a ser voltadas a reflexões de ordem teórica-metodológica.

As diferentes abordagens sobre a questão ambiental ganharam novas variáveis de discussão e passaram a integrar-se num contexto amplo em que cresce o debate e se fundamentam as reflexões que trazem as relações do homem com o meio. Desta forma, a

Geografia Humanística subsidia muitos dos diálogos que tratam do ato de pertencer a um lugar e os significados que dão sentidos à fixação do homem.

O estudo que ora se apresenta traz no cerne de sua abordagem práticas que se desenvolvem a partir das reflexões na Geografia Humanística em consonância à questão ambiental. Esta elucubra sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor o entendimento do homem e de sua condição, além de procurar o entendimento do mundo humano através do estudo, das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1976).

Fundamental aqui é trazer a noção e desenvolvimento sobre o significado do humanismo para a ciência Geográfica. Seu uso histórico permite defini-lo como uma visão ampla do que a pessoa humana é e do que ela pode fazer, abordando sobre as perspectivas científicas a respeito do homem (TUAN, 1976).

A característica central da Geografia Humanística é a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. Sob esta perspectiva emergem aspectos essenciais dos objetos da consciência com base na experiência.

Sobre a perspectiva humanística é importante entender que esta focaliza-se sobre as atividades dos homens. Das perspectivas interprendem-se alguns temas que buscam entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana.

A Geografia Humanística constrói, de modo crítico, sobre o conhecimento científico (TUAN, 1976). As regras e leis formuladas na ciência são percebidas como destinos no drama humano, pois existe, ainda, uma preocupação eminente com a qualidade da conscientização humana, bem como com o aprendizado a partir das práticas.

[...] A contribuição da Geografia Humanística para a ciência está na revelação de materiais que dos quais os cientistas, confinado em sua própria estrutura conceitual, pode não estar consciente. O material inclui a natureza e a gama da experiência e pensamentos humano, a qualidade e a intensidade de uma emoção, a ambivalência e a ambiguidade dos valores e atitude, a natureza e o poder do símbolo e as características dos eventos, das intenções e aspirações humanas. (TUAN, 1976, p. 187)

Tratar sobre a Geografia Humanística leva à compreensão de que cabe ao pesquisador deste tipo de abordagem a elucidação de aspectos da experiência humana em

complexidade. A principal função é esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço, a paisagem e ao lugar.

A Geografia Humanística, em contraste, tenta especificamente compreender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade de percepção humana (...) Esta corrente de pensamento posiciona-se contra a sistematização do pensamento e a tendência de reduzir o mundo às leis, bem como contra técnicas quantitativas (...) Assim, a subjetividade do saber torna-se um dos traços mais marcantes dessa corrente. (BERTIN, 2003, p. 07)

A Geografia Humanística é crítica e reflexiva. “[...] O mundo dos fatos geográficos inclui não somente o clima, as propriedades agrícolas, os povoamentos e as nações-estados, mas também os sentimentos, os conceitos e as teorias geográficas.” (TUAN, 1976, p.11).

Os aspectos que ganham formas dentro do contexto da Geografia Humanística revelam a organização das ideias geográficas articuladas à capacidade de o homem pensar e refletir.

Sobre o conhecimento geográfico no campo da Geografia Humanística, é importante destacar que os fenômenos neste campo necessitam, segundo Tuan (1976), ser explorados sob cinco perspectivas fundamentais: o conhecimento geográfico; território e lugar; aglomeração humana e privacidade; modo de vida e economia; e religião.

Sobre o conhecimento geográfico, de forma geral, este está associado ao que é necessário à sobrevivência biológica. Neste sentido, insurgem aspectos como o espaço, localização, lugar e recurso.

Todos os grupos humanos possuem tais ideias, embora seu grau de articulação varie amplamente de grupo para grupo. Algumas pessoas têm falta de senso formalizado de espaço e lugar; elas podem achar seu caminho no mundo, mas esta habilidade não é transformada em conhecimento que possa ser passado adiante verbalmente ou em mapas e diagramas. (TUAN, 1983, p. 181)

As habilidades espaciais ou o conhecimento espacial têm importância central para os humanistas, pois estas virtudes desencadeiam a direção entre o conhecimento implícito e o conhecimento explícito, propondo uma localização no espectro total da consciência geográfica.

Nas reflexões sobre território e lugar, inseridas no campo humanístico, temos essas noções ligadas às atitudes humanistas no sentido de respeito às áreas delimitadas como propriedade. Para Tuan (1983), as pessoas são capazes de manter o território como

um conceito, contemplar mentalmente seu formato, incluindo aquelas partes que não podem correntemente perceber.

O lugar sob esta perspectiva adquire uma conotação que coloca o homem frente às necessidades que se assemelham às dos animais: nós paramos para atender nossas exigências biológicas, por exemplo; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar. O humanista reconhece a analogia, mas novamente está disposto a perguntar como a qualidade da emoção e do pensamento humano dão ao lugar uma gama de significação inconcebível no mundo animal (TUAN, 1983).

Sobre o conceito de lugar, este adquire, para a Geografia Humanística, um papel central, visto que é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço. Como ressalta Holzer (1977), o conceito de lugar é essencial para o que ele denomina de Geografia Fenomenológica, pois é ele que irá propiciar a este ramo do conhecimento a possibilidade de voltar-se para sua essência, que é o estudo do espaço geográfico. O Lugar é um mundo de significados, pois

Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar. O movimento no espaço pode ser em uma direção ou circular, implicando repetição. Um símbolo comum para o tempo é a flecha; outros são a órbita circular e o pêndulo oscilante. Assim as imagens de espaço e tempo se misturam. A flecha representa tempo direcional, mas também movimento no espaço para uma meta. [...] Os lugares terrestres eram todos temporários, quando muito etapas no caminho pra a meta final. (TUAN, 1983, p. 198-199)

Ainda seguindo essa linha de pensamento, Tuan (1983) trata a reflexão sobre o Lugar, ainda, estabelecida das relações das experiências íntimas do homem com o meio. Assim,

É impossível discutir o espaço experimental sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. [...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. Já observamos como o espaço desconhecido se transforma em bairro, e como a tentativa de impor uma ordem espacial utilizando um reticulado com as direções cardeais resulta num estabelecimento de um padrão de lugares significantes, incluindo os pontos cardeais e o centro. (TUAN, 1983, p. 151)

Tuan (1983) acrescenta que os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total, englobando relações íntimas, próprias do residente (insider), e relações externas, próprias

do turista (outsider). O lugar torna-se realidade, portanto, a partir da nossa familiaridade com o espaço, não necessitando, entretanto, de ser definido através de uma imagem precisa, limitada. Lugar se distingue, deste modo, de espaço. Este "[...] transforma-se em Lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p.6), adquirindo, portanto, definição e significado.

Ainda sobre a importância do conceito de Lugar, salientamos fundamentalmente toda subjetividade existente em sua abordagem enquanto categoria analítica, pois esta se apresenta como a mais singular e complexa das categorias geográficas, fazendo emergir todos os laços afetivos que o homem mantém com o lugar vivido.

Há, no lugar de onde a consciência se eleva para ficar de pé, frente aos seres e aos acontecimentos, qualquer coisa de mais primitivo que o "lar", o país natal, o ponto de ligação, isto é, para os homens e os povos, o lugar onde eles dormem, a casa, a cabana, a tenda, a aldeia. Habitar uma terra, isso é em primeiro lugar se confiar pelo sono àquilo que está, por assim dizer, abaixo de nós: base onde se aconchega a subjetividade. (DARDEL, 1953, p. 41)

Estas reflexões acabam por desenvolver novos debates que se encaminham na ampliação das discussões que tratam destes elementos em conformidade com os aspectos de pertencimento e das experiências diretas com o lugar.

Sobre a aglomeração humana e privacidade, é importante a compreensão de que os seres humanos experimentam tensões físicas e psicológicas quando sujeitos à aglomeração. Este fator atrai para a discussão uma outra realidade fundamental a se refletir neste contexto: a questão da cultura. O modo de como a cultura é medianeira entre a densidade da população e o comportamento é um desafio tanto para o cientista social como para o humanista. Para o humanista, o enfoque está em descrever a qualidade da emoção experimentada em casos específicos (TUAN, 1983), uma vez que a

Aglomeração e privacidade têm um termo físico: são afetadas pelo espaço físico e pelo número de pessoas. Elas têm um termo biológico: além de certa densidade, sob condições específicas, aparecem os indicadores biológicos de tensão. Elas têm um pronunciado termo humano, que requer o entendimento da cultura, mas que não é exaurido pela ideia de cultura; sem levar em conta a cultura, o homem pode ocasionalmente sentir-se amargamente só no meio de sua própria espécie e uma plenitude de ser na solidão. (TUAN, 1983, p. 182)

A explanação sobre o modo de vida e economia permeia o pensamento sobre o fato de as atividades humanas parecerem sempre estar ligadas ao fator econômico, no

sentido de que suportam o sistema social sem o qual as pessoas não poderiam viver. A perspectiva humanística sobre a vida econômica, para Tuan (1983), está ligada às atividades de sustentação da vida e à distinção entre atividades econômicas e não-econômicas.

Para tratar das atividades de sustentação e modo de vida, é importante o entendimento de que este, no contexto humano, está ligado aos valores e objetivos que dão resposta ao modo como o homem se relaciona com os compartimentos da vida. Estes são pontos cruciais para a análise do humanista.

A distinção entre atividades econômicas e não econômicas requer o aprofundamento quanto às recompensas tangíveis que o homem moderno está inserido, e isso varia de acordo com a nitidez com a qual um compartimento de vida é identificado como econômico e, por fim, como se dá este processo variante entre sociedades. Desse modo,

As forças econômicas operam se as pessoas reconhecem como tais ou não. Entretanto, a conscientização tem um impacto sobre os tipos de decisões tomadas e, por isso, sobre o funcionamento do sistema econômico. (...) No geral, de como o conhecimento, real ou ilusório, afeta o comportamento é central para o empreendimento humanístico. (TUAN, 1983, p. 183)

Seguindo-se sobre as perspectivas apontadas por Tuan para compreensão da Geografia Humanística, chegamos à reflexão sobre a religião ainda como resposta aos anseios designados nesta abordagem, colocando assim diversos fatores em evidência devido à religião estar presente em vários graus e em todas as culturas.

A religião está ligada a orientações na conduta e a comportamentos que geram princípios, além de representar simbolicamente uma série de significados que se desenvolvem no abstrato.

Fortemente marcada nas tradições, na cultura e nas artes, a religião revela que as atividades simbólicas surgem quando o homem retira um sentido da sua experiência, dando-lhe forma e ordem, tornando-o tão real quanto suas necessidades biológicas. Essas atividades tentam orientar a vivência num mundo onde o sujeito é incapaz de compreender.

A abordagem humanística sobre religião trata sobre a consciência das diferenças no desejo humano por coerência e como essas diferenças estão manifestadas na organização do espaço e do tempo e nas atitudes para com a natureza (TUAN, 1983).

Para adentrar nas questões da Geografia Humanística por meio dos aspectos tratados anteriormente, é preciso que haja uma abordagem sistemática, conceitual e comparativa. Esta abordagem permite as discussões, bem como a inserção das reflexões no âmbito da Geografia.

A integração dos cinco temas que fomentam as discussões no campo da Geografia Humanística caminha para a compreensão de que podem oferecer um novo modo de enxergar os fenômenos geográficos, dando-lhes novas formas e surpreendentes resultados, sobretudo no âmbito subjetivo.

Sobre o papel do geógrafo humanista, é importante conceber a seguinte reflexão:

Tanto o cientista como o humanista estão de acordo em pressupor uma concordância entre o intelecto e o comportamento, entre o que uma pessoa diz e o que ela faz, entre as crenças e os trabalhos. Pressupondo essa concordância, um cientista liberta-se da necessidade de estudar as atitudes verbalizadas desde que ele pode inferir, se necessário, a atitude da ação observável. Um humanista literário, por sua vez, tende a considerar as atitudes verbalizadas, particularmente aquelas canonizadas na literatura, como evidência suficiente daquilo que as pessoas realmente fazem. (TUAN, 1983, p. 186)

Neste sentido, o geógrafo humanista reside na tentativa de entender em profundidade a natureza das crenças, atitudes e conceitos, a força com a qual são mantidos, suas ambivalências e contradições inerentes, além de seus efeitos, tanto diretos como indiretos, sobre as ações (TUAN, 1983).

A Geografia Humanística visa compreender o comportamento e o sentir dos indivíduos em relação aos seus lugares, buscando a valoração de suas experiências. Desta forma, compreende-se como o homem organiza o seu espaço e o seu mundo e como ele se relaciona com os objetos que os cercam, identificando-se, nesse caminho, os valores, as intenções, as causas e os significados acerca do vivido.

Nesta concepção, é importante resgatar as noções de espaço e de lugar, que surgem como fundamental no trato da Geografia Humanística. O lugar não é apenas uma localidade, mas existe uma significância afetiva para uma pessoa ou um grupo, que está ligada a ações do emocional do homem. A noção de espaço passa pela capacidade de os sentidos possibilitarem o reconhecimento e estruturação dos objetos.

Sem dúvidas, a valorização das percepções e das atitudes projetam as características e as particularidades dos lugares. Vários fatores podem ser coletados deste relacionamento, como, por exemplo, a valorização do contexto ambiental e os aspectos envolvidos na distinção dos lugares. Estes fatores se apresentam como fonte de discussão que evidencia a inserção das noções de espaço e lugar no âmago da Geografia Humanística.

Em Tuan (1983), refletimos que a Geografia Humanística se vincula com as Humanidades e Ciências Sociais, no sentido de que todas compartilham a esperança de prover uma visão precisa do mundo humano. Tal reflexão corrobora para o diálogo frente aos resultados e compreensão das experiências trabalhadas no desenvolvimento da ciência.

É fundamental destacar, aqui, a importância que a percepção tem para este trabalho, no desenrolar do processo de construção e na organização da base teórica que dá sustento às discussões. Desse modo, descreve-se tal situação:

O exercício da percepção se dá de forma solitária pelo pesquisador, depende, em grande parte, da subjetividade imanente do sujeito que percebe o objeto. Logo, torna-se evidente que a carga de conhecimento sistemático e assistemático, de valores morais e éticos entra em cena, muitas vezes involuntariamente, e pesa tanto na balança da eleição das variáveis que se envolvem no processo de escolha, quanto na análise do fenômeno propriamente dito através dos resultados obtidos. (AMADOR, 2013, p. 31)

Discutir as variáveis encontradas no campo de pesquisa é de grande relevância a abordagem que se apresenta sobre as vicissitudes que o homem mantém com a natureza, pois ao mesmo tempo em que essas relações evoluem num contexto global, evoluem também uma série de problemáticas a serem refletidas.

[...] a “percepção é culturalmente dependente”.
[...] o ato da percepção é um processo ativo e não apenas uma representação fotográfica do objeto “percebido”. Dessa forma, as nossas concepções sobre o universo que nos cerca estão intimamente ligadas, ou “enquadradas” em estruturas conceituais ou paradigmas pré-existentes, característicos de nosso meio e de nossa cultura (ou, no plano individual, até de uma estrutura conceitual particular, fruto de uma formação ou de “deformações” mentais, objeto de estudos psicanalíticos). Isso explica, em palavras simples, porque dois povos (ou até duas pessoas) não veem a natureza da mesma maneira. (SMITH *apud* AMADOR, 2013, p. 31)

Uma visão cultural se adequa de forma contundente quando falamos em questões que ligam o homem à terra. Neste sentido, o clássico “Topofilia”, de Yi-Fu-Tuan (1980),

é uma das discussões relevantes a se tratar, pois se refere às relações de apego e pertencimento como uma resposta aos sentidos externos, a saber:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 40)

Todo esse apanhado teórico-metodológico fomenta as discussões sobre o homem e o meio ambiente num momento em que elas se apresentam como desafiadoras e problemáticas, dentro do contexto macro envolvendo o cenário e as preocupações globais.

Discorramos, no momento, sobre um conteúdo fundamental para esta pesquisa, acompanhando essencialmente as abordagens propostas como base na compreensão e subsídio de questões teórico-metodológicas, sobretudo para a Geografia Cultural.

Sobre a evolução do conceito de cultura, uma analogia trazida por Corrêa (2009) evidencia a questão sobre as discussões posteriores e a sua utilização no campo geográfico. Nela, há de ser observada a comparação entre a Geografia Cultural saueriana e a Geografia Cultural renovada, a evidenciação das principais características que emergiram das mudanças verificadas após 1970, no bojo da Geografia, e a busca por uma reflexão acerca dos vários caminhos que a geografia Cultural oferece aos geógrafos, em propósitos e métodos que o farão decidir o caminho a seguir, a partir de seus questionamentos.

Segundo Corrêa (2009), por causa da pouca clareza no trato da Geografia Cultural no Brasil (que se encontra atualmente em seu terceiro momento), esta era tida, em seu primeiro momento, como um subcampo novo na Geografia, no período da década de 1990 até 2000, seguindo-se em seu segundo momento numa aceitação como subcampo, inclusive pelos seus maiores críticos anteriores, e chegando ao terceiro momento, quando há justamente uma vulgarização de sua análise quanto ao conceito de cultura, que passa a ser tratado segundo noções de senso comum. Daí a necessidade de se refletir com clareza a Geografia Cultural.

Neste sentido, o autor baseia-se na abordagem sobre o conceito de cultura embasado em diversos autores, as práticas da Geografia Cultural, os significados, a natureza política, o objeto, tempo e escala e a heterotopia epistemológica, ao mesmo

tempo que traz à geografia a reflexão comparativa entre a Geografia Cultural saueriana com a Geografia Cultural renovada.

De acordo com Claval (1999), a geografia cultural tem suas origens por volta de 1890, no âmbito da própria formação da Geografia, onde eram debatidos os caminhos a serem seguidos, visando estabelecer sua identidade.

Entre 1890 e 1940, Claval identifica o primeiro momento da Geografia Cultural, caracterizado na Alemanha, na França e, após 1925, nos Estados Unidos por privilegiar a paisagem cultural e os gêneros de vida resultantes das relações entre sociedade e natureza.

O segundo período estende-se de 1940 a 1970, segundo aponta Claval (1999). Trata-se de um período de retração da Geografia Cultural, colocada em segundo plano face à força da geografia regional hartshoriana, em um primeiro momento, entre 1940 e 1955, e à revolução teórico-quantitativa, no segundo, entre 1955 e 1970. A Segunda Guerra Mundial e a retomada da expansão capitalista, alterando a organização do espaço e tendendo a eclipsar culturas tradicionais e regionais, levou à valorização de estudos com perspectivas pragmáticas, voltados para as transformações em curso esperadas.

A partir de 1970, a Geografia Cultural passa por uma profunda reformulação. De acordo com Corrêa (2009), a década de 1970 foi, em realidade, um momento de embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, nos âmbitos dos quais emergem uma Geografia Crítica e diferentes subcampos que, em 1980, iriam confluir, em parte, para gerar a denominada geografia cultural renovada.

Na década de 1980, a Geografia Cultural vê configurar-se esta nova versão da Geografia, como citada anteriormente. Na década seguinte, surgem periódicos especializados na área, fomentando os debates e o acesso a pesquisas deste cunho.

No Brasil, a Geografia Cultural ganha existência a partir de 1993, com a criação do NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura) do Departamento de Geografia da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), que edita o periódico Espaço e Cultura e publica textos e livros da Geografia Cultural.

A Geografia Cultural permite entender que não há sociedade sem espaço para lhe servir de suporte.

Desta forma, uma pessoa está ligada a sua própria “pátria” pelo fato de que lá se encontra a residência de seu espírito. (...) É bem isto que, no final das contas,

tece um elo entre os membros do grupo local, e também da tribo, e que faz com que todos se sintam em casa no seu território. (ELKIN, 1967. p . 212)

A Geografia Humana trata basicamente das atividades do homem em consonância com a sua apropriação do espaço, de forma a entender este processo a partir da configuração de suas ações no ambiente. A cultura aparece atrelada aos modelos como os homens percebem e concebem o ambiente, a sociedade e o mundo.

Desde Ratzel se discute a questão da antropogeografia, onde as relações humanas se desenvolvem a partir da ocupação de um determinado espaço, ao mesmo tempo em que o espaço e seus aspectos naturais influenciam no modo como as relações se ampliavam.

Claval (2007) escreve que Ratzel reconhece nos povos um atributo que pertence à essência, ou seja, nesta linha de pensamento, a cultura se apresenta ligada a um conjunto de fatos utilizados pelos homens no espaço geográfico, na configuração material de ações que falem da interação do ser frente à experiência do vivido.

Em Dardel, temos a forma de pensar uma geografia fenomenológica pautada na dimensão existencial da *geograficidade*, ou seja, de ser-e-estar-no-mundo. Essa visão enriquece ao mesmo tempo em que movimenta diversas discussões que têm carecido de um olhar humanista que coloque o homem como motivação e parâmetro para ciência. Contudo, claro, não o fazendo uma ciência antropocêntrica, mas uma ciência humanista que faz crescer e prosperar tudo que é próprio do ser humano; assim, não há nada mais humanista do que pensar nas relações essenciais que nos ligam a tudo que nos cercam.

O conceito de *geograficidade* expressa a essência de ser-e-estar-no-mundo. Esse contexto humanista se volta para a dimensão espacial da existência, tornando-se também numa abordagem de reflexão filosófica, voltada para a área interdisciplinar dos campos do conhecimento preocupados com a existência, o espaço e a relação Homem-Terra, incluindo a preocupação hodierna com o ambiente.

Trazer essa reflexão para a realidade geográfica nos introduz numa abordagem teórica extremamente importante para os estudos sobre o ambiente, pois emerge-se o conceito de Lugar nas manifestações da acepção da *geograficidade*.

A Geografia não designa uma concepção indiferente ou isolada, ele só trata do que me importa ou do que me interessa no mais alto grau: minha inquietação, minha preocupação, meu bem estar, meus projetos, minhas ligações. A

realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. (DARDEL, 1953, p. 34)

Nessa concepção, temos a Geografia responsável por pensar o homem em consonância com as suas ações terrestres. Em resumo, é necessário ajuizar de modo reflexivo as categorias que permitem relacionar o homem com o mundo terrestre e que estruturam o discurso a respeito.

A Geografia, a partir dessa reflexão, não é apenas uma ciência com conteúdo a saber, ela proporciona uma visão de mundo, enriquecendo diversas possibilidades de aprendizagem e apreensão de mundo, direcionando os caminhos que os seres humanos desejam se firmar.

Em Dardel refletimos que a Geografia não se reduz a uma ‘simples’ disciplina científica. Seus interesses ultrapassam o campo geográfico de produções mais “positivas”, e tomam as problemáticas da filosofia, da história, das religiões, assim como os problemas de cunho ético e das reflexões sobre as atitudes humanas no mundo. (BESSE, 2006, p. 83)

O ser na paisagem, segundo a ótica dardeliana, desponta sempre uma compreensão originária do espaço como mundo. Neste sentido, há sempre manifestadas, nas aparências, características da verdade, pois estas aparências não se apresentam como ilusões, mas como uma das faces do fenômeno.

A obra de Eric Dardel, “O Homem e a Terra”, como já citada anteriormente, apresenta uma Geografia que durante muito tempo ficou restrita ao conhecimento dos geógrafos. Esta Geografia foi a base, o alicerce desta pesquisa.

Adentrando em tal obra, estamos conhecendo uma Geografia que é o mundo da vida, onde as referências naturais sinalizam uma ponte entre o objetivo e o subjetivo, o real e o imaginário, o tocar e o sentir. De acordo com Besse (2006), a paisagem e o lugar permitem a manutenção de uma relação viva entre o homem e a Natureza que o envolvem imediatamente.

A Geografia possui a competência de caracterizar as relações que se estabelecem no espaço. Esta característica fundamental abre um leque de possibilidades e perspectivas que demonstram as formas como a ciência geográfica modela o meio a partir da apropriação de um conteúdo específico, descrevendo sobre tal fenômeno, permitindo-se,

inclusive, entender-se como parte integrante deste, fazendo sua arte a partir da captação das experiências sobre tais acontecimentos.

No trato da categoria Lugar, em Dardel, salienta-se a indagação que há anos acompanha a epistemologia da Geografia na variedade de suas práticas, em particular na Geografia Humana e na Geografia Cultural. Uma das primeiras formulações deste tipo de perspectiva no interior da Geografia se acha exposta nas reflexões de Eric Dardel. (BESSE, 2006, p. 84)

Dardel propõe uma discussão que está para além do fato de o homem estar sobre a Terra, mas pensar sobre o sentido de estar sobre ela. É um trajeto que conduz o geógrafo a repensar as perspectivas geográficas numa totalidade em que se leva em consideração não só o fato da ação em um determinado recorte espacial, mas as motivações que culminam em tais ações.

Por consequência, a questão sobre a Geografia deve ser ligada a uma questão mais ampla e mais fundamental também, mas no interior da qual a Geografia ocupa um lugar decisivo: é a questão do ser do homem. Questão que não é apenas geográfica, no sentido estrito do termo, mas que tem uma dimensão ontológica. O objetivo de Dardel em toda sua obra é de mostrar que a Geografia está envolvida, em sua própria essência, por esta indagação ontológica concernente ao homem, e que é ali que ela encontra finalmente seu sentido mais verdadeiro.

A noção de espaço geográfico, para Dardel, se afasta da geometrização da Geografia. Para ele, o espaço geográfico representa, principalmente, a forma do proceder do homem na sociedade, ou seja, os fenômenos sociais, assumindo ser o espaço onde o vivido e o percebido torna-o espaço da vida.

Para Besse (2006), tratando sobre a obra de Dardel, tem-se que “[...] a noção de espaço vivido e, bem mais amplamente, a de representação, conduziram a Geografia a uma flexibilização considerável das suas concepções de espaço, e foi preciso que a Geografia reconhecesse como legítimas as práticas e as representações cotidianas”. (BESSE, 2006, p. 86).

Dardel conduz suas reflexões para o centro de uma fenomenologia da percepção, onde surge o sentido das coisas a partir do vivido. Em Besse (2006), vemos que a Geografia fenomenológica não procura revelar aos homens os sentidos ocultos dos lugares, mas ela procura apreender como, no contato com os lugares, as significações nascem de repente, num fenômeno de emergência que é a aparição inata de um sentido.

O espaço geográfico é como o prolongamento de uma série de devaneios da matéria, porque a materialidade terrestre não está fechada nela mesma, na indiferença simples de uma pura facticidade, porque ela é fundamentalmente fisionomia, porque ela manifesta direções de sentidos numa consistência própria, em suma, porque ela excede sua pura facticidade e se apresenta irredutivelmente carregada de qualidades. (BESSE, 2006, p. 89)

O espaço geográfico é entendido aqui como algo que tem a necessidade de ser estudado, refletido e decifrado. Muitas das ações que podem ajudar no trato dessa abordagem emergem das questões subjetivas que, sem dúvidas, transpassam e transmitem os sinais concretos das relações com a terra.

Pensar o homem e a terra na perspectiva aberta por Dardel, conduz à afirmação de que é na terra que se processa a condição de liberdade do homem. Os sentidos das coisas se baseiam, fundamentalmente, no modo pelo qual se dá a experiência.

A Geografia, segundo estes parâmetros, não é então simplesmente uma ciência, ela é antes a manifestação de uma realidade, que é a da experiência e da existência humana que se desenvolve e se estabelece sobre a Terra. Dessa maneira, as percepções sobre um lugar revelam como se dá o relacionamento entre o homem e o seu meio.

Feitas as devidas discussões, adentremos no capítulo seguinte, no qual trazemos os caminhos metodológicos que direcionaram as atividades e a execução das propostas para os objetivos estabelecidos, em consonância com a teoria discutida neste capítulo.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1. Estudo de caso

A pesquisa assume uma postura humanista cultural, pois trata de questões que se estabelecem na relação do homem com o seu meio, no caso, com enfoque da vegetação. Neste sentido, o paradigma que alicerça esta pesquisa fundamenta-se no método do estudo de caso, que se enquadra na perspectiva que objetiva a interpretação do mundo através da consciência do sujeito, formulada com base em suas experiências sobre um determinado caso em específico. A partir do nosso recorte, traçou-se um caminho para a realização de uma análise, de modo que questões, tais como o uso, o potencial econômico e as relações de *topofilia*, pudessem emergir neste contexto.

Para trazer uma realidade eminente sobre a questão da vegetação de regiões semiáridas e sobre a forma como se dá o comportamento dos indivíduos em relação à mesma, foi proposto estudar o relacionamento da população do distrito Pitombeira, Calçado-PE, sobre a vegetação. Assim, adequando o método de estudo de caso, trazemos a importância deste para a análise da pesquisa, pois caracteriza-se pelo caráter exploratório e descritivo acerca de um tema que se apresenta tão presente na reflexão sobre o semiárido, o uso que se faz e o conhecimento que se tem sobre a vegetação nativa deste mesmo distrito.

A abordagem para esta pesquisa enquadra-se no campo qualitativo. Neste tipo de abordagem, é destacada a subjetividade trazida nas questões da fala e nas experiências, além das impressões sobre os fenômenos nos quais os atores estão inseridos, como também de informações que se colocam no tocante aos indicadores e suas respectivas categorizações na análise dos dados.

No âmbito da abordagem qualitativa, utilizamos procedimentos para levantamento dos dados que fizeram emergir aspectos que foram ditos – porém não diretamente trazidos nas falas –, atingiram motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea, caracterizando formas essenciais na coleta de informações e, especificamente, no caso da visão que se existia sobre o objeto.

(...) a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Algumas características básicas identificam estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no

contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos. (GODOY, 1995, p. 21)

Assim, apresentamos o referido estudo de caso e é a partir dele que podemos pensar a paisagem e o lugar como um centro de expansões e retrações de nossos pensamentos e sentimentos, descritos e explorados a partir da experiência direta com o fenômeno. O estudo de caso, numa análise sobre um determinado povo e o relacionamento com meio ambiente, possibilita uma escuta de valores, necessidades e expectativas da população sobre uma certa unidade ambiental.

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (GODOY, 1995, p. 23)

No caso em que foi abordado o fenômeno, há de se levar em consideração o modo com o qual o pesquisador analisou os sujeitos em interação com o objeto. Dessa maneira, cabe destacar o exercício da percepção como peça fundamental na construção dos dados coletados.

Nessa tipologia e análise sobre a vegetação, foi refletido sobre a essência das relações que se materializam no discurso, e é no fato concreto dessas relações que se manifestam os fenômenos que alicerçam o início e caracterizam o final da proposta central. Estas reflexões revelam as formas com que o sujeito apreende e toma para si uma complexa e simultânea relação com o objeto e o leva a compreendê-lo a partir de sua experiência.

Foram sujeitos desta pesquisa os agricultores que possuíam mais de três hectares de terra – pois havia em suas terras um conjunto maior de vegetação nativa –, que fossem maiores de dezoito anos e que nasceram e foram criados no distrito Pitombeira. Esses critérios se estabelecem a partir do conhecimento da vegetação mediante às transformações da paisagem. A amostragem para determinações quanto aos dados coletados em campo com os respectivos sujeitos se deu por saturação.

[...] a amostragem por saturação, isto é, o pesquisador fecha o grupo quando, após as informações coletadas com um certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu

conteúdo. Neste modo, o grupo a ser estudado deve ganhar, em seu interno, indivíduos reunidos pelo critério que denomino homogeneidade ampla, situação correspondente a uma soma de características/ variáveis em comum a todos os sujeitos que compõem a amostra. (TURATO, 2003, p. 363)

Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas focalizadas, que compreendem uma liberdade da fala sobre um tema em específico.

O entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando se desvia do tema original, esforça-se para sua retomada. Este tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. (GIL, 1999, p. 120)

Foram trabalhadas, no perfil do roteiro de entrevistas, questões que versaram sobre o conhecimento das árvores que existem em suas terras, sobre o uso da madeira, o potencial econômico, conservação, além das questões subjetivas de pertencimento e apego. As informações coletadas a partir de tais questões elaboradas foram tabuladas e serviram de indicadores que embasaram a discussão sobre os dados obtidos.

Cabe ainda trazer a questão da fotografia como importante no tocante ao contexto geográfico de ver na paisagem uma imagem que se processa, transforma-se e adquire significados a partir do olhar de quem a observa.

Sobre as fotografias, é importante entender que se apresentam como elemento para ilustrar e revelar as realidades sobre o tema alvitrado. Para o processo de resgate histórico de determinados campos de estudo, é necessária a utilização de certos recursos que possam servir de base para a observação e análise do objeto. Neste sentido, os registros fotográficos enfatizam uma mensagem, como podemos observar na colocação de Mauad (1995, p. 07) ao afirmar que “a fotografia é uma mensagem que se processa a partir do tempo”. Assim, a proposta dada pelo autor assume grande importância na análise de lembranças centradas para um determinado tema.

Analisar uma fotografia é considerar sua qualidade técnica, estética, na qual se revelam informações importantes sobre seu contexto de produção e pode revelar sua importância ou significação em determinado tempo histórico.

Sobre os aspectos éticos desta pesquisa, adotou-se um cuidado quanto à coleta de dados de maneira a garantir o respeito e as diretrizes estabelecidas em lei para o andamento das atividades acadêmicas. Além do termo de autorização assinado pelos

entrevistados, para o uso das informações por eles cedidas, garantindo o respaldo para a realização da pesquisa.

O processo de coleta de dados se caracterizou pelo planejamento proposto e aprofundado na revisão bibliográfica, enaltecendo os aspectos que assumiam pertinência para a pesquisa. Desse modo, e para a sequência da coleta de dados, foram realizadas, no período de um mês, vinte entrevistas focalizadas com amostra por saturação. Todos os entrevistados se apresentaram como agricultores (doze mulheres e oito homens), casados, com filhos, com idade entre trinta e setenta e cinco anos. As entrevistas tiveram duração média de quinze minutos e foram realizadas entre os meses de março e abril do ano de dois mil e dezoito.

2.2. Análise de Conteúdo

A análise dos dados desta pesquisa se deu pela análise do conteúdo, pois esta nos permite trabalhar com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação.

Na análise do conteúdo devem ser ressaltados tanto os aspectos positivos como os negativos. A contribuição ao conhecimento do tema, o avanço que se deu com base em novas descobertas ou novas interpretações sobre um dado aspecto do mundo real [...] (CORRÊA, 2003, p. 11)

Os significados dos dados obtidos requerem uma condução de análise de forma a contemplar cada etapa do desenvolvimento da pesquisa. Adotou-se como balizador deste estudo a técnica proposta por Bardin (2011), organizando a execução das atividades em três fases: 1) Pré-análise, 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados (SILVA; FOSSÁ, 2015).

A pré-análise, de forma objetiva, consiste na sistematização das ideias trazidas no referencial teórico e os respectivos indicadores para embasarem as discussões a partir da coleta de dados da fase seguinte. Os indicadores são identificações resgatadas na tabulação das informações e designadas a partir da repetição das ações desenvolvidas na fala (Quadro 1), além de toda seleção de dados e estruturação das fases posteriores (SILVA; FOSSÁ, 2015). A saber:

REFERENCIAL TEÓRICO	INDICADORES QUALITATIVOS
QUESTÃO AMBIENTAL	EXPLORAÇÃO/ POTENCIAL ECONÔMICO/ CONSERVAÇÃO
GEOGRAFIA HUMANÍSTICA	PERTENCIMENTO

Quadro 1: Referencial x indicadores qualitativos. Fonte: Raí Vinicius, 2018.

A segunda fase é todo trato do apanhado de informações obtidas nas entrevistas, observações e percepções sobre o fenômeno. Nessa fase foram agregadas categorias simbólicas que são as codificações características do conteúdo em consonância direta com a teoria fundante. Surge-se, aqui, categorias iniciais (Quadro 2), intermediárias e finais, que darão suporte para as discussões que se seguem. As categorias iniciais se sustentam na fase mais empírica das informações trazidas nas falas dos entrevistados e se configuram a partir da repetição dos termos associados às suas práticas.

CATEGORIAS INICIAIS
1. EXPLORAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO
2. CONSERVAÇÃO DE ÁRVORES DE MAIOR PORTE E PLANTAS MEDICINAIS
3. SOMBREAMENTO PARA O GADO E ABRIGO PARA FAMÍLIA EM DIAS DE TRABALHO
4. PERTENCIMENTO AO LUGAR

Quadro 2: Categorias iniciais. Fonte: Raí Vinicius, 2018.

A categoria intermediária (Quadro 3) consiste na mudança dos dados brutos tais quais são coletados, para uma consistência de dados organizados (SILVA; FOSSÁ, 2015). Esta fase precede as discussões dos resultados e está ligada à organização do material que está sendo trabalhado.

CATEGORIAS INICIAIS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS
EXPLORAÇÃO	Denota sobre as formas pelas quais se dá o uso e as atividades econômicas.	Característica exploratória da vegetação.
CONSERVAÇÃO SOMBREAMENTO	Compreende a preocupação em manter a vegetação nativa.	Aspectos ambientais.
PERTENCIMENTO	Aborda sobre as questões subjetivas no campo da experiência direta com o objeto.	Experiências com o objeto.

Quadro 3: Categorias intermediárias. Fonte: Raí Vinicius, 2018.

Os conceitos que se configuram como norteadores se apresentam como uma ponte que liga os dados empíricos ao diálogo com a teoria do trabalho.

A categoria final (Quadro 4) é construída com a finalidade de proporcionar uma reflexão após as etapas concluídas e fornecer um parecer sólido quanto a uma conclusão sobre o fenômeno estudado (SILVA; FOSSÁ, 2015).

CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIAS FINAIS
Característica exploratória da vegetação.	Trata do apanhado de informações que se traduz no uso da vegetação.	Uso da vegetação
Aspectos ambientais.	Evidencia uma série de fatores que correspondem às necessidades deste tempo no tocante ao Meio Ambiente	Questão Ambiental
Experiências com o objeto.	Constitui a valoração daquilo que se materializa nas percepções.	Materialização das experiências

Quadro 4: Categorias finais. Raí Vinicius, 2018.

Feito este trajeto, adquiriu-se fundamentalmente as informações e os materiais para dialogar com a teoria base deste trabalho. Considerar estudos sobre a vegetação, a partir do estudo de caso em uma determinada população, se expressa, dentro da Geografia, por apresentar uma importante abordagem que confirma uma ideia que se processa com o tempo:

A Geografia está entre os primeiros interesses do homem culto porque é a mais abrangente e singular das ciências. Associa fatos heterogêneos e diacrônicos e é a única comprometida ao mesmo tempo com a sociedade e com a natureza. Seus limites são os da inteligência humana e, seus horizontes, infinitos. (CONTI, 1997, p. 26)

A Geografia, assim, se apresenta não somente como a descrição dos fenômenos estudados, mas também como uma ciência singular que provoca a reflexão sobre as ações e sobre suas respectivas consequências no tocante ao relacionamento e as percepções do homem com o espaço geográfico.

3. O SENTIDO E PRÁTICA NO LUGAR

3.1. A percepção e a oralidade revelando traços da realidade

O apanhado de dados coletados no estudo em questão dá suporte para as reflexões que se seguem, a partir do estudo de caso, quanto à vegetação e à forma como acontece essa relação com os moradores do Distrito Pitombeira, localizado na zona rural do município de Calçado-PE.

O surgimento de categorias de análise proporciona uma organização quanto à sistematização das ideias frente ao que se é tratado nas falas. Neste sentido, é importante estabelecer critérios que evidenciem e reafirmem as informações que se processam e que revelam o caráter exploratório e descritivo do fenômeno exposto.

Para início das reflexões, apresentamos como resultado das acepções dos dados brutos – que foram observados nas repetições das falas e nas percepções dos entrevistados quanto vegetação –, as categorias iniciais:

- a) Exploração para comercialização;
- b) Conservação de árvores de maior porte e plantas medicinais;
- c) Sombreamento para o gado e abrigo para família em dias de trabalho;
- d) Pertencimento ao lugar.

A ideia de exploração neste estudo aparece como resultado de um conjunto de ações que caracterizam com veemência a fala e o modo como a população do Distrito Pitombeira se relaciona com a paisagem que a cerca e com o lugar onde mora e trabalha.

Sobre exploração, foi um dos fatos mais citados pelos entrevistados, quando perguntados sobre o uso da vegetação, e também um dos mais observados nos exemplos trazidos nas falas. Podemos destacar a fala de uma moradora quando se coloca sobre o uso que faz da vegetação Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*), espécie muito presente no distrito Pitombeira:

A jurema, ela representa pra o nosso consumo, né, o dia a dia, pra fazer carvão pra o consumo e também, se fazer muito, pra venda também pra ajudar nas despesas, estacas, por exemplo, pra fazer a cerca, né. (JUREMA, 2018*)

* Entrevista cedida por JUREMA. Entrevista 1 [abril, 2018]. Entrevistador: Raí Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 4 dessa dissertação.

A exploração, sem dúvidas, é um dos fatos mais presentes nas discussões ambientais. Este fato revela o uso que se materializa no consumo e nas práticas de comercialização de uma determinada unidade ambiental (figura 11).



Figura 10: Caráter exploratório da Jurema. Fonte: Raí Vinícius, 2018

A prática exploratória nessa região é algo muito comum. Diversos fatores no modo de vida dos moradores do distrito evidenciam a exploração na condução de práticas agropecuárias, seja pela erradicação da vegetação para agricultura, seja para o uso da madeira para diversos fins, ou ainda uma retirada da vegetação para aumento de pasto para o gado.

Importante destacar que, nesta região, as dificuldades de acesso a alguns bens (de saúde, de acessibilidade e de tecnologia, por exemplo) são uma realidade e tal acesso se dá, portanto, de forma relativamente tardia, devido à distância dos grandes centros comerciais. Quanto menos possibilidades de geração de renda e economia, maior a exploração, pela população, dos bens que a cerceiam, sobretudo para um distrito na zona

rural de um município no interior de um estado nordestino, onde historicamente há uma desigualdade social, exatamente porque em aspectos econômicos foi vista como inferior às demais regiões do Brasil.

A exploração dessa região caracteriza muito mais do que o ato de explorar por si só. A exploração evidencia um contexto que está para além de suas práticas, evidencia, assim, fatores sociais, políticos, econômicos que se camuflam em meio a um sistema que se oriunda a partir de um moralismo ambiental, na tentativa de esconder a verdadeira raiz do problema. O homem influenciando e influenciado pelo espaço, numa ótica geográfica, traz à tona uma discussão que busca não somente as consequências em análise, mas que procura a razão de suas causas para obter a compreensão do contexto em questão. Para nossa reflexão no âmbito geográfico não importa somente a parte emersa do iceberg.

A escassez de atividades que gerem renda na região certamente tem influenciado de forma contundente no modo como os moradores se relacionam com o lugar. Como já citado, a principal atividade econômica do município se caracteriza pela agricultura, perfazendo desse relacionamento e dessas práticas uma condição de sobrevivência e fixação.

Quanto mais se reflete sobre as práticas de exploração do meio ambiente na Caatinga, mais identifica-se que povo que explora é, ao mesmo tempo, explorado pelas relações econômicas que se estabelecem. Claro, não diminuindo a prática exploratória das grandes empresas, mas o fato é que, no final, quem sempre acaba pagando a conta é o agricultor que “desmata” para plantar a sua cultura e sustentar a sua família.

A discussão sobre natureza embasa essas reflexões sobre a exploração, no tocante ao entendimento da evolução desse conceito no campo geográfico, permitindo, dentro da questão ambiental, pensar sobre as causas e consequências que têm influenciado tanto no modo como vive o ser humano.

Dentro dessa perspectiva de raciocínio, entende-se que a exploração de áreas como o semiárido está inserida desde as primeiras formas de o homem pensar sobre ela. O caráter de fixação dos seres humanos a um determinado lugar passava por aquilo que poderia ser oferecido, gerando assim um caráter exploratório.

Em sequência a essa ideia, temos a evolução do conceito de natureza, até chegarmos às questões ambientais que atentam para a realidade da exploração, só que

agora com o caráter de preocupação com o uso consciente dos recursos naturais. É impossível ao homem sobreviver sem explorar. Seja uma simples coisa ou um grande investimento, o homem carece explorar. A preocupação então se estendeu a fatores que ultrapassaram o campo natural e tornaram a discussão ainda mais ampla, adentrando em questões econômicas, sociais, políticas, etc.

Sobre a exploração para fins comerciais, é importante o entendimento de que as realidades, nas quais está inserida a população que reside em regiões do Semiárido, implicam diretamente na exploração daquilo que está ao alcance, sobretudo devido à escassez de serviços que gerem renda. Sendo assim, a exploração da madeira ainda é uma prática corriqueira na Caatinga.

O desmatamento acelerado na região, especialmente de lenha nativa, de forma ilegal, para fins domésticos e industriais, tem gerado números altíssimos de desmatamento, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Assim, entra em pauta uma alternativa, que é a promoção do uso sustentável da biodiversidade da Caatinga para uma possível amenização dos males já existentes.

De acordo com Alves, Araújo e Nascimento (2008), em estudos sobre a degradação da Caatinga, muitas áreas dessa região são na verdade o produto de interação entre o homem nordestino e o seu ambiente, fruto de uma exploração que se estende desde o século XVI. Esta exploração desemboca na busca por renda e se apresenta com bastante pertinência nos dias atuais, gerando um potencial econômico com o uso da madeira de árvores nativas, principalmente.

Em meio às dificuldades de seca da região, muitas famílias ainda veem na exploração da madeira de algumas árvores nativas (figura 12), uma oportunidade de lucrar e consumir.



Figura 11: Estacas recém-cortadas: Fonte: Raí Vinícius, 2018

Na figura 12, podemos identificar o corte da jurema para comercialização.

A prática da queima de lenha, no distrito Pitombeira, também é identificada com bastante relevância (figura 13). Muitas famílias têm o fogão de lenha ou de carvão como alternativa para cozinhar seus alimentos. Ainda é identificado que quando sobra o carvão ou quando há muita madeira em suas terras, os moradores comercializam para diversos fins e lucram com essas atividades (figura 14), contudo é importante destacar que em pequena expressão.

Usamos pra queimar, pra fazer alguma estaca, pra carvão, pra queimar no fogo de lenha, nós queima lenha também. Os pés de jurema que tem a gente deixa pra ver se conserva estaca pra vender ou pra fazer as cercas do terreno mesmo. (JUAZEIRO, 2018*)

* Entrevista cedida por JUAZEIRO. Entrevista 2 [abril, 2018]. Entrevistador: Raí Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 5 dessa dissertação



Figura 12: Madeira pronta para ser queimada e transformada em carvão. Fonte: Raí Vinícius, 2018.



Figura 13: Estacas usadas para fazer cercas. Fonte: Raí Vinícius, 2018.

É importante refletir ainda que, devido as condições que se destacam na região, as possibilidades de crescimento econômico são escassas, sobretudo para o pequeno agricultor. Como já exposto anteriormente, a base econômica de quase todos os moradores do distrito se caracteriza pela agricultura familiar, auxiliada por programas sociais. Este fato acaba por forçar a população a buscar outras alternativas para contribuir no orçamento. Daí o uso da madeira de árvores para produção de diversos bens.

Sobre os fatos que ganharam importância nas falas dos moradores do distrito, permite-se que a noção de conservação seja tratada como uma das categorias essenciais na discussão sobre o meio ambiente.

É fundamental destacar que o apogeu do termo acontece quando se inicia o trato, de forma contundente, de questões como, por exemplo, a explosão demográfica, a seca-fome-desertificação na África e pressão dos movimentos sociais (MENDONÇA, 1993).

Existe uma necessidade nos nossos tempos em se conhecer, discutir e pensar a questão da conservação, e para isso é preciso conhecer como o uso dessa palavra tem evidência no dia a dia das pessoas.

Como resultado das falas sobre conservação, evidenciou-se que há também uma preocupação com essa realidade, talvez pelo alarmismo midiático, mas sem uma ação efetiva de fato. Em muitas falas sobre conservação, havia quase que um discurso pronto e carregado de saberes em apologia à escassez de água, causada pela seca e desmatamento de vegetação. Vejamos este trecho da entrevista, quando a pergunta foi sobre o motivo para conservar a vegetação:

Porque é muito bom, porque a natureza ela só assim, como diz, assim, só chove muito num canto que tem muito pé de árvore, eu já ouvi essa história, mas aqui não, aqui o povo, pelo contrário, o povo tão acabando os que tem, as árvores que tem, mas pra mim é uma coisa muito importante conservar as árvores, que já pensou um terreno sem pé de árvore nenhuma? (JUREMA, 2018*)

Ainda podemos trazer outra fala que traz essa conservação como a importância de manter a vegetação (figura 15), sobretudo com as árvores de maior porte.

* Entrevista cedida por JUREMA. Entrevista 1 [abril, 2018]. Entrevistador: Raí Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 6 dessa dissertação

Se a gente bem soubesse hoje em dia, porque tá tão raro, e principalmente pra juventude né, que eles não tem esse conhecimento, que o quanto valoriza muito a gente cultivar as nossas árvores e a gente ver que o ambiente tá da forma que tá por falta delas, que as pessoas, principalmente os homens, eles tão cortando elas e não tão repondo outras no lugar delas. É muito importante, se a gente bem soubesse. As árvores são muito importantes pra gente sim. (JUREMA*)



Figura 14: Área de conservação de árvores nativas no distrito Pitombeira. Fonte: Raí Vinícius, 2018.

Importante refletir sobre o relacionamento que se tem com a vegetação e que ocasiona na preocupação com o verde, ainda mais por se tratar de uma região que valoriza o trabalho no campo e sofre transformações devido às alterações de tempo e condições de trabalho. Essa interação desemboca numa série de consequências que fazem emergir, de fato, a discussão sobre a forma como o homem interage com o espaço geográfico.

O homem é a um só tempo obra e artífice do meio que o rodeia, o qual lhe dá sustento material e a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Na longa e tortuosa evolução da raça humana neste planeta, chegou-se a uma etapa que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inumeráveis maneiras e numa escala sem precedentes, tudo o quanto rodeia. Os dois aspectos do meio ambiente, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, incluído o direito à própria vida. (ESTOCOLMO, 1972 *Apud* MENDONÇA, 2004, p. 48).

O fator religioso também surge nessa questão com muita pertinência, sobretudo na forma como os moradores acreditam que devem cuidar da natureza, que é um dom de Deus. Toda a população do distrito Pitombeira é cristã e, devido a campanhas de caráter ambiental, sinalizam para a conservação e cuidado para com a natureza. Essa relação revela ao mesmo tempo a necessidade de o homem simbolizar e dar significado dentro de uma perspectiva religiosa, como também na compreensão das relações entre a própria religião e os valores sociais, para uma harmonia entre sociedade e natureza.

Ainda dentro dessa reflexão, salientamos que as atividades simbólicas, tais como a religião e as artes, surgem quando o homem retira um sentido da sua experiência, dando-lhes forma e ordem. Essas atividades tentam orientar a vivência num mundo onde o sujeito é incapaz de compreender.

Pensar a noção de conservação guiada pelo divino traz a questão da religião sob a perspectiva da moral, do sagrado, da devoção, do intelecto e do emocional, como orientações da conduta humana, inserida numa abordagem antropológica que se processa num contexto a trabalhar sob os aspectos morais de uma dada cultura e os elementos valorativos. Toda essa construção de conhecimento fundada nos aspectos das crenças religiosas transcende para uma concepção à valoração daquilo que se está ligado à natureza.

Uma outra característica identificada nas falas e que se configura em categoria inicial é a questão do sombreamento, que passa, sem dúvidas, pelas condições e favorecimento de outras espécies, como também pelo auxílio e bem-estar dos homens.

Sobre sua importância para outras espécies, vale ressaltar os estudos que tratam o sombreamento sob perspectivas de cunho puramente biológico. As condições de sombreamento no interior de florestas semiáridas são provenientes do nível de sobreposição existente entre as copas das árvores, que naturalmente é baixo (HOLMGREN, 2012). Os trechos menos sombreados do solo dessas florestas recebem maior incidência de luz direta e podem tornar-se relativamente mais secos (FEITOZA, 2008).

Ainda nesse viés, o sombreamento arbóreo na Caatinga pode provocar diferentes condições microclimáticas abaixo de sua copa, podendo provocar, por conseguinte, redução da evaporação da umidade do solo, fazendo com que haja o desenvolvimento e estabelecimento das espécies vegetais (SOARES, 2018).

Diversos fatores estão atrelados ao sombreamento, e tais fatores vão desde os biológicos até os sociais. As possíveis discussões se estendem em diferentes áreas do saber, tornando as reflexões abrangentes, sobretudo, por abarcar características naturais e humanas. As concepções que se seguem estão ligadas basicamente a fatores relacionados ao subjetivo sensorial, transpassando o caráter biológico, somente.

Os fatos sobre o sombreamento, trazidos no contexto das falas, nas entrevistas, permearam realidades básicas do cotidiano e afirmaram sua importância, sendo esse sombreamento percebido como essencial para o gado, em períodos de sol forte, como também para os trabalhadores se ampararem nos momentos de almoço e/ou lanche, quando de suas terras serem afastadas de suas casas.

Representa pra mim, é muito importante pra nós, porque a gente sem essas árvores... um terreno sem árvore não tem nem um descanso pra um animal descansar, nem a gente mesmo, serve até pra gente. Eu peguei aquele pé de planta ali, plantei dois pé de planta aqui e se Deus quiser daqui uns dias tá uma sombra descendo no meu terreiro, porque não é uma boa pra pessoa? A pessoa tá num terreno sem uma árvore, como é que um bichinho vai ter um descanso? A gente mesmo tá apertado dentro de casa com calor, sai pra fora já tem uma sombra pra ficar né? (BRAÚNA, 2018¹)

Aparentemente, a questão do sombreamento se apresenta em menor expressão, contudo não com menor importância, pois este ponto faz referência não somente ao fato da sombra em si, mas sobre todo o contexto que ela representa e sobre todo o vínculo que se estabelece a partir do que é vivenciado. Além da sombra para o gado em condições de tempo quente, é importante ressaltar o fator subjetivo que acontece à sombra das árvores. Por vezes, lembranças ficam marcadas pelos encontros de familiares, amigos, vizinhos, em confraternizações feitas em baixo de árvores. Há relatos de que algumas árvores são quase que proibidas de serem cortadas, devido ao cuidado de antigos moradores por terem suas histórias ligadas a elas.

* Entrevista cedida por BRAÚNA. Entrevista 3 [abril, 2018]. Entrevistador: Rai Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 6 dessa dissertação.



Figura 15: Sombra das árvores. Fonte: Raí Vinicius, 2018.

A erradicação da vegetação para produção da agricultura determina que não haja uma retirada total das árvores, pois estas remanescentes tem um papel de refrigério para água e alimentos levados por aqueles que irão trabalhar na roça. Ainda servem para as crianças aguardarem seus pais enquanto dura a labuta do dia.

Essas interações só reafirmam a importância da questão do sombreamento, contextualizada à vida dos moradores do Distrito Pitombeira numa das causas de harmonia entre o homem e a natureza. As simples relações de influências alimentam as discussões que se materializam no relacionamento com o lugar, criando laços que demonstram e determinam as reflexões que se seguem.

Seguindo essa reflexão, cabe abordar sobre a qualidade de vida, que, para a Geografia, está ligada às condições que levam em consideração aspectos tal qual o meio físico como um condicionante de uma vida melhor e harmoniosa com o lugar. A beleza de uma paisagem que gera bem-estar acaba por estar diretamente ligada à qualidade de vida num determinado espaço.

Historicamente o Semiárido foi/é visto como uma região de seca e de paisagens áridas. As condições de tempo geram uma alteração muito frequente na paisagem, o que resulta numa inconstância do verde no alcançado pela visão.

É importante destacar nesta categoria a necessidade da reafirmação da Caatinga como o único domínio natural exclusivamente brasileiro e o principal ecossistema da região Nordeste. Há neste bioma uma rica fauna e flora que precisam ser conhecidas. Existe uma rica diversidade que embeleza as paisagens e interage com a população, gerando a qualidade de vida dos sertanejos.

Seja por uma árvore frutífera ou por árvores frondosas, é muito comum na zona rural dos municípios do Semiárido haver algum tipo de vegetação próximo às residências.

Foi identificado que o zelo e o fato de existir árvores ao redor das casas dos entrevistados têm influenciado diretamente na qualidade e no bem-estar das pessoas. Este sentimento está para além do fator paisagístico e alcança fatores arraigados ao vivenciado no lugar, onde se manifesta as relações de apego e experiências a partir do vivido.

Podemos pensar também a questão do bem-estar em confronto com outra perspectiva, pois este é um tema que se abre às diferentes abordagens e que enriquece o debate dentro deste trabalho. Segundo Soares (2018), em regiões de Caatinga um manejo consistente é importante para a vegetação, visto que o clima é um fator de forte influência para as condições de sobrevivência das plantas nessa região.

Além das versões já expostas, ainda cabe enfatizar sobre um debate que se estende desde os primórdios das reflexões sobre arborização no âmbito urbano. Segundo Santos (2017), a arborização é antes de tudo uma necessidade que representa a natureza com a capacidade de desempenhar uma melhor qualidade de vida para os moradores que estão próximos a ela, além do fator estético.

As árvores, nessa lógica de estudo, adquire uma conotação que associa o elemento paisagístico ao elemento que se integra dentro de uma realidade a proporcionar uma vida em harmonia entre o natural e o humano.

A questão do bem-estar também foi tratada na fala dos entrevistados e identificamos a veemência com que foi explanado o fato e a importância do mesmo para fomentar as ideias mais rudimentares deste trabalho.

(...) mesmo que ele não dê fruto, mas é um pé de pau muito importante que eu acho bonito e faz muita sombra, é uma sombra abençoada. Essas árvores deixam o lugar mais bonito e cheio de vida né. (AROEIRA, 2018²)

É muito comum no Distrito Pitombeira as pessoas se preocuparem com a beleza do entorno de suas residências, daí o fato de ser trabalhado essa questão que ultrapassa o campo do verde, somente, e passa a agregar também uma questão de melhoramento da qualidade de vida.

Adentrar em termos mais subjetivos nos coloca frente ao pertencimento, e certamente falar sobre esta categoria implica uma maturidade nas concepções que as constituem, pois estas, do ponto de vista geográfico, resgatam os significados que se dão a partir da experiência direta com o fato. Em Tuan (1983), refletimos sobre a “intimidade” que o homem estabelece com o seu lugar e isso se estende a todos os componentes que fundam o lugar.

Resgatamos agora uma noção que aponta para o pertencimento, no sentido de identificá-lo a partir da nossa familiaridade com o espaço, dando sentido àquilo que é experimentado e vivido.

Para entender o pertencimento, fundamentalmente é preciso retornar às reflexões feitas em Dardel, no que concerne à dimensão espacial da existência expressada na essência de ser-e-estar-no-mundo. O ato de pertencer nos coloca numa condição de ser parte do vivido, a tal ponto de não se ver objeto como exterior, mas entendendo que o objeto está incutido no cotidiano como parte ou extensão de si.

O sentimento de pertencimento está ligado à valoração dos laços subjetivos que se traduzem nos significados que mantemos com a paisagem e com o lugar. Sobre o que foi analisado e identificado na oralidade dos entrevistados, apresentamos alguns aspectos relacionados à subjetividade:

Pra mim as árvores representam muita coisa, viu. Muita, muita coisa mesmo, porque, assim, eu sou muito fã da natureza. Eu sou contra quem corta um pé de árvore porque muita gente só dá pra cortar as árvores e não planta outras, mas é aquele sistema, eu quando vim cortar – como tinha um pé de caju lá em casa- só foi cortado mesmo por causa do terreiro de cimento, que foi cortado, mas ali foi uma dó muito grande que foi cortado, mas só que eu repus no lugar dele, que é aquele pé de pau, mesmo que ele não dê fruto, mas é um pé de pau

* Entrevista cedida por AROEIRA. Entrevista 4 [abril, 2018]. Entrevistador: Rai Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 7 dessa dissertação.

muito importante que eu acho bonito e faz muita sombra, é uma sombra abençoada. (AROEIRA³)

Historicamente, o homem mantém relações com a terra, e isso, por diversas variáveis, termina por ocasionar a fixação dele em um lugar. A partir dessa relação, aspectos culturais são facilmente identificados e traduzidos no comportamento que se processam e são determinantes na coleta de informações.

A Aroeira, e ela, a aroeira serve bastante pra remédio. O pé de juá serve também, e várias coisas que dessas árvores que se a gente bem soubesse pra cultivar elas mais ainda. (JUREMA⁴)

Muitos fatores podem ser identificados dos aspectos de pertencimento. A partir desse sentimento, entende-se que características culturais são marcadas pelas relações que se manifestam no lugar.

A Caatinga não apenas se apresenta como um bioma único. As pessoas que residem neste bioma também absorvem a força, as condições de crescimento, a vulnerabilidade e inconstância da produção e as dificuldades econômicas que se apresentam. De tal modo, essas vicissitudes revelam um forte apego ao lugar e individualiza este povo pela sua cultura e singeleza.

Outros estudos realizados a partir dessa realidade revelam todos esses fatores que evidenciam o relacionamento do homem com a paisagem e o lugar. Em Santos (2013), tem-se e ressalva-se os moradores que absorvem o sentimento de pertencimento, devido ao fato de as árvores estarem associadas ao passado de moradores mais antigos, remetendo a um cuidado tenaz das árvores de maior porte da Caatinga. Uma outra associação ainda se faz pela características de resistência de árvores e pessoas importantes e/ou de personalidade rústica e forte, ou seja, um tipo de vegetação com uma boa madeira e boa qualidade servia de referência para apelidar algumas pessoas.

Realizada a exposição quanto às falas e identificadas as variáveis que subsidiaram as reflexões até aqui, se faz necessário o aprofundamento e a sistematização das ideias

* Entrevista cedida por AROEIRA. Entrevista 4 [abril, 2018]. Entrevistador: Raí Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 7 dessa dissertação.

* Entrevista cedida por JUREMA. Entrevista 1 [abril, 2018]. Entrevistador: Raí Vinícius Santos. Calçado, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice 4 dessa dissertação.

para chegar-se a um parecer conciso quanto ao proposto. Para isso elencamos a seguinte estruturação, discriminada a seguir na tabela:

CATEGORIAS INICIAIS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS
EXPLORAÇÃO	Denota sobre as formas pelas quais se dá o uso e as atividades econômicas.	Característica exploratória da vegetação.
CONSERVAÇÃO SOMBREAMENTO	Compreende a preocupação em manter a vegetação nativa.	Aspectos ambientais.
PERTENCIMENTO	Aborda sobre as questões subjetivas no campo da experiência direta com o objeto.	Experiências com o objeto.

Quadro 5: Categorias intermediárias. Fonte: Raí Vinícius, 2018.

Os conceitos norteadores compreendem as ligações dos dados brutos para uma consistência teórica um pouco mais sólida, permitindo uma organização maior no trato dos aspectos levantados nas categorias anteriores.

As categorias intermediárias se encaminham para análise de novas categorias que coloquem fatores discutidos pelos autores que embasam este trabalho. Importante salientar a evolução do conceito de natureza e da questão ambiental dentro da Geografia, bem como todo apanhado e discussão sobre aspectos próprios do campo geográfico, que revelam as relações que o homem mantém com o objeto – neste caso, a população do Distrito Pitombeira, na zona rural do município de Calçado-PE –, e como se dão essas sistematizações no espaço.

3.2. As práticas, o ambiental e o sentido

O procedimento de organização sofrendo um processo de afinamento e para tratar dos fatos expostos e das reflexões que elucidam os resultados, apresentamos as categorias finais que evidenciam a sistematização de ideias, assim como a base para diálogo com a teoria fundante deste estudo.

CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIAS FINAIS
Característica exploratória da vegetação.	Trata do apanhado de informações que se traduz no uso da vegetação.	Uso da vegetação

Aspectos ambientais.	Evidencia uma série de fatores que correspondem às necessidades deste tempo no tocante ao Meio Ambiente	Questão Ambiental
Experiências com o objeto.	Constitui a valoração daquilo que se materializa nas percepções.	Materialização das experiências

Quadro 6: Categorias finais. Raí Vinícius, 2018.

Dentre as características que emergiram no decorrer dos estudos, apresenta-se de forma contundente a referida categoria final como material de discussão e resultado da pesquisa.

A Caatinga, bioma único e cheio de especificidades, possui uma infinidade de espécies na fauna e na flora. Uma característica pertinente, fundamental e central de citar neste trabalho é a questão da vegetação nativa, que estabelece no lugar uma influência direta com aqueles que residem.

No Distrito Pitombeira, zona rural do município de Calçado-PE, encontra-se uma considerável e representativa concentração de vegetação. O conhecimento dos sujeitos da pesquisa revela que há um conhecimento empírico quanto a vegetação, colocado muitas vezes, por eles, como árvores da região. Das árvores mais citadas estão a Jurema, a Braúna (Figura 17), a Aroeira e o Juazeiro.



Figura 16: Braúnas no Distrito Pitombeira. Fonte: Raí Vinícius 2013.

A fixação do homem à terra é um feito do homem moderno, visto que quando ainda sobreviviam agrupados em tribos frágeis, na infância das sociedades, tinham que lutar contra muitos obstáculos que os impediam de se apropriar da superfície da Terra. Sempre ameaçados pela fome ou massacre, a vida se apresentava como uma luta diária pela sobrevivência, os impossibilitando de dedicar-se à exploração de uma região para fixar-se (ANDRADE, 1985).

A partir do momento em que o homem se fixa num determinado espaço, este espaço acaba por ser modificado e influências recíprocas são notadas, permitindo assim que a fisionomia original seja transformada, com o tipo do cultivo que se é estabelecido e o uso do solo para diversos fins. Nesse momento o homem conquista a Terra a partir das práticas culturais. O primeiro exemplo mais prático notado na história se dá pela irrigação em terras férteis para desenvolvimento do solo com práticas agrícolas. (ANDRADE, 1985)

O caráter exploratório a partir de boas condições de fixação com um lugar é, sem dúvidas, o principal motivo pelo qual se desenvolve práticas relativas ao ato de fixar-se. Quanto mais matéria-prima para exploração, mais tempo existe para aproveitar do bem explorado, ainda mais se este bem se renova, como é o caso da vegetação. Infelizmente a preocupação com o meio ambiente se deu de forma tardia, fazendo com que medidas ainda mais emergentes precisem ser tomadas a curto prazo e a consciência de que os bens naturais não possuem a capacidade de se renovarem tal como se acreditava.

Esse apanhado sobre as primeiras formas como o homem começa a se apropriar do espaço justifica muito dos resultados da pesquisa. As determinações que se impõem, ainda, para o vínculo do homem com a terra, dependem em sua maioria das condições de exploração que são notadas no espaço.

Dentre os resultados, segundo a amostra adotada, evidenciou-se que apesar da preocupação com as árvores de grande porte, no sentido de preservação, aquelas que existem em maior abundância na região, como é o caso da Jurema, são utilizadas sobretudo para estacas, carvão e queima da madeira para fogão a lenha. Além dessas características, nota-se que, em menor expressão, foram abordadas outras questões de caráter até como que surpreendente, tais como a questão do uso da casca da madeira da Aroeira para o preparo de chás, e a raspa da casca do Juazeiro para a escovação dos dentes.

A prática exploratória de árvores, seja no semiárido ou em qualquer outro bioma, infelizmente é prática corriqueira. Muitas das árvores citadas na pesquisa se encontram em processo de extinção (SANTOS, 2013).

O processo de ocupação na região nordeste se deu a partir do litoral e adentrou no interior pelas possibilidades de exploração e apropriação de terras para atividades extrativistas (ALVES; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2008).

As atividades econômicas que atualmente expressam-se como principais no semiárido são a pecuária, extração de minerais e agricultura. Essas atividades são acompanhadas, geralmente, pelo desmatamento de grandes áreas de vegetação (ALVES; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2008). Essas características se agravam, sobretudo, em pequenas comunidades onde a agricultura familiar exerce a principal atividade econômica, como é o caso do Distrito Pitombeira.

A expansão do cultivo envolve o corte de árvores, arbustos e herbáceas, gerando consequências na produção, na qualidade de vida e na fisionomia da paisagem. Essas consequências influenciam diretamente na forma que o homem se relaciona com a terra, assim como se desenvolve o processo de fixação no lugar.

Sobre as atividades dessa região, citadas anteriormente, é importante compreender que geralmente são acompanhadas pelo desmatamento de grandes áreas de vegetação. Segundo Alves, Araújo e Nascimento (2008), as alterações causadas pelas transformações do ambiente na Caatinga têm provocado uma redução drástica na qualidade de vida do sertanejo, sobretudo daqueles que possuem rendas mais baixas.

Nesta discussão podemos adentrar em outro fator de fundamental importância a se refletir, que é a questão social. Historicamente acompanha-se centenas de informações sobre o desmatamento no Semiárido, tornando-se este o principal fator desencadeador da seca. Autores como Andrade (1989) trataram a questão do sertão não como sendo de ordem física, mas sim de caráter social, e para que isso aconteça é preciso que soluções técnicas e meios de fixação com o lugar sejam desenvolvidas, sobretudo pela vontade política.

Sobre o interesse político no que se refere a leis que existem, sabe-se bem que não há leis municipais específicas voltadas para o trato da vegetação, no entanto, na coleta de informações na prefeitura do município e na câmara municipal de vereadores verificou-se que a Lei nº 447/2005 estabelece a ementa que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), onde, dentre outras funções, o fenômeno pode estar inserido. Também existe a Lei nº 455/2006, que estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e Natural do município de Calçado. (Leis disponíveis nos anexos).

Uma nova perspectiva que trata de pensar a harmonia quanto ao uso do solo e as práticas agrícolas, numa interação que permita o desenvolvimento de atividades que possam gerar renda sem que a vegetação seja tão afetada, permeia a real intencionalidade daquilo que se pretende para regiões semiáridas. Para isso, é fundamental a compreensão quanto a conceitos que evidenciem o cuidado com o desenvolvimento de atividades que gerem menos impactos na natureza.

Assim, adentramos nas questões que intensificam os debates sobre o meio ambiente e, a partir dessas concepções, emergem a valoração e os significados que dão respostas aos sentidos.

De forma geral, discutir meio ambiente parece ser uma reflexão acerca da natureza. No entanto, é fundamental destacar o emprego do termo de acordo com a profundidade teórica que o mesmo requer, entendendo as raízes e os saberes geográficos no uso e na adequação do conceito segundo a ótica de derivação do meio ambiente, sem, contudo, aplicá-lo levando-o a um reducionismo.

De fato, para um geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependências que existem entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais. (VEYRET, 1999, p. 6)

Importante entender aqui que a discussão sobre natureza na perspectiva geográfica fundamenta e subsidia as reflexões sobre o meio ambiente, no entanto não se apresenta como a única fonte na qual há de se beber. Outros fatores, tais como os culturais, sociais políticos e econômicos, permeiam esta discussão e abrem leques para que novas perspectivas sejam debatidas e pensadas.

Observa-se, assim, avanços consideráveis no tratamento da questão ambiental nos anos 80 e 90 até o presente, ou seja, de uma fase predominantemente caracterizada pelo enfoque ecológico, que ressaltava a vertente naturalista, para uma outra centrada no ambiente, na qual sociedade e natureza compõem as duas partes de uma interação dialética. Esta perspectiva geográfica do enfoque ambiental não é, todavia, nova, podendo ser identificada nas ideias de Elisée Reclus produzidas há cerca de cem anos e que, mesmo tendo sofrido um hiato de mais de meio século na sua difusão e aplicação, foram retomadas e aprimoradas no momento contemporâneo. Nesta corrente, a problemática ambiental na Geografia deixa de ser identificada apenas como ligada a à geografia física e passa a ser geográfica. (MENDONÇA, p. 133)

Talvez discutir o meio ambiente seja atualmente a questão mais refletida da atualidade, não somente no âmbito geográfico, mas em todos os segmentos que tratam dessa questão. Nunca na história se ouviu tanto sobre as relações do homem com a natureza. Uma série de fatores evidenciam essa preocupação, como, por exemplo, o alarmismo midiático, a política, o crescimento populacional, o mercado capitalista, entre tantos outros fatores. Tais reflexões chegam ao homem rústico do campo cheias de teorias baseadas em jornais televisivos ou rádios e, muitas vezes, atendendo a um objetivo específico e com uma finalidade que propõe um falso moralismo ambiental.

As características que se apresentam neste contexto acabam por trazer a ideia de preservação apenas quando não há um interesse exploratório. As percepções identificadas a partir do comportamento e de práticas dos moradores do Distrito Pitombeira revelam

que há uma preocupação com a vegetação, porém esta preocupação se dá principalmente com as árvores de maior porte que não existam em abundância na região.

As construções geográficas mais contemporâneas sobre questões ambientais acabam por refletir essa temática partindo da dicotomia homem *versus* natureza. A proposta acaba por se tornar cuidadosa para que não haja uma supervalorização de uma visão antropocêntrica ou biocêntrica de mundo, pois as reflexões sobre meio ambiente se evidenciam justamente nas influências e dependências que emergem dessa relação.

Aproximando as questões propostas neste estudo de caso às questões ambientais, temos as discussões fundamentais trazidas por autores como Mendonça (1993) e Moraes (1994) – citados no referencial do trabalho – sobre a evolução e desenvolvimento do conceito sobre meio ambiente, principalmente para a Geografia, perfazendo um diálogo entre os resultados obtidos e a teoria que alicerça a pesquisa.

As informações adquiridas sobre preservação e impactos assumiram uma conotação a fazer emergir a citação de Mendonça (2004) sobre a Conferência de Estocolmo (1972), onde os registros abordam sobre as primeiras preocupações com o meio ambiente em nível global. As concepções propostas em Estocolmo permanecem ativas e continuam formando opiniões, inclusive nos lugares onde as informações chegam sobretudo pela mídia televisiva.

A emergência sobre questões ambientais tem apresentado grandes desafios aos geógrafos, pois as reflexões feitas a partir de uma problemática devem ter um respaldo teórico de maneira a garantir o conhecimento aprofundado sobre a área física da Geografia. Daí a importância em se pensar os aspectos físicos associados às atividades desempenhadas pelos seres humanos, porém com todo o aporte teórico que garanta uma análise dos estudos ambientais e seus conceitos fundamentais a serem estudados e desenvolvidos.

Ainda sobre os conceitos determinantes dos estudos ambientais, trazemos a questão central que desencadeia o princípio das discussões ambientais dos últimos tempos. Estas devem estar embasadas no conhecimento geográfico que tais estudos evidenciam transformações na paisagem que podem ser ocasionadas por processos naturais ou induzidas pelas ações antrópicas. Essas ações desenvolvem outras indagações que trazem a necessidade de pensar a gênese das discussões sobre o meio ambiente, para

enfim se chegar a um parecer preciso sobre as causas pelas quais se chegou a uma problemática ambiental.

A saber, trataremos agora de ajuizar sobre as raízes concretas que deram partida ao enfoque político no trato da questão ambiental. Como já abordado anteriormente, Estocolmo e Eco 92 deram esse ponto de partida para discussões acerca do meio ambiente, porém os acordos entre países dominadores e países dominados não chegaram a resultados efetivos e concretos. Tendo esta realidade, foi observado que as medidas têm se caracterizado pela luta e influências da reação da sociedade que, em grupos organizados de pressão, vem conseguindo efetividade em suas ações (MONTEIRO, 1999).

Sem dúvidas, as ações humanas, principalmente nos últimos anos, vêm motivando os estudos, as constatações e reflexões sobre aspectos ligados ao meio ambiente. Em todo o globo há uma preocupação eminente sobre a forma como o homem explora e utiliza a natureza para o bem de si ou de algo almejado pelos grupos sociais.

No caso analisado na proposta desta pesquisa, evidencia-se uma transformação acentuada no tocante à vegetação devido a atividades humanas e ao caráter exploratório que historicamente é identificado no semiárido, gerando a necessidade de se refletir como essas alterações estão influenciando na qualidade de vida e no contexto natural do próprio bioma.

O caráter exploratório, como outrora foi citado, e sobretudo no Nordeste brasileiro, é caracterizado pelo corte de árvores para comercialização e pelo uso do solo para práticas agricultáveis e/ou agropecuárias. Esse tipo de exploração influencia diretamente na configuração da paisagem e no modo de vida das pessoas, designando motivações no conhecimento quanto à organização dessas práticas no espaço geográfico.

A relação entre sociedade e natureza caracteriza, sem sombra de dúvidas, as discussões acerca das questões ambientais. Dentro dessa discussão, emergem vertentes que é importante refletir.

Adentrando em um viés no qual se aborda a complexidade estabelecida pela relação que se apresenta, destaca-se a discussão sobre a temática ambiental, que se estendeu desde o naturalismo passando por várias vertentes do pensamento moderno e pós-moderno, na tentativa de refletir segmentos das ciências humanas e das ciências

naturais de forma integrada, configurando-se, assim, uma postura quase que impossível de ser trabalhada de forma separada na perspectiva ambiental para a Geografia. Neste sentido, há de se analisar o contraste ambiental a partir das relações naturais e sociais.

Assim, ao se descobrir que o meio ambiente afirma as complexas inter-relações entre o social e o natural, ambos em constante transformação, começam a surgir várias discussões no meio acadêmico e o surgimento de muitos trabalhos que evidenciam a problemática nesse contexto. Seguindo esta ótica, torna-se relevante, em consequência, uma ampla reflexão que se integre em diversas áreas do saber, onde o pensamento complexo se apresenta como um dos caminhos para desenvolvimento do tema e sobre uma ótica fundamental das relações que se estabelecem no trato de ambos os contextos, perfazendo um caminho de diálogo entre eles.

O pensamento complexo na questão ambiental, trazido principalmente por Edgar Morin, vem ao encontro de uma nova reflexão sobre a questão em pauta, deixando de ser apenas natural e passando a se relacionar ao social, proporcionando, assim, novas discussões e o surgimento de novos paradigmas em várias áreas do conhecimento, além do conceito de uma organização sistêmica quebrando preconceitos e tabus que pudessem existir sobre o meio ambiente e o uso dessa expressão.

Essa questão abriu as portas ao despertar ecológico tratado por Alfredo Pena-Vega que, calcado nas concepções complexas do próprio Edgar Morin, escreveu sobre as intrínsecas relações de dependências recíprocas do homem e do meio, como integrantes de um sistema, e sem esquecer, contudo, da questão da preservação do meio ambiente, que se tornou de relevante importância devido aos muitos desequilíbrios ecológicos, respaldado também numa reorganização epistemológica colocada por Michel Foucault (1966), como salientado por Pena-veja, em sua obra “O Despertar Ecológico” (2003), o que possibilitou novas visões sobre ecologia.

Essa visão de sistemas, colocada para tornar o meio ambiente parte dinâmica relacionada à ação humana, foi tida como um método de abordagem que evidenciasse justamente essa relação existente entre o natural e o social, pois na evolução do pensamento geográfico – desde sua sistematização, com Humboldt, que era naturalista, e Ritter, que descrevia as organizações espaciais dos homens sobre os diferentes lugares – atrelaram-se a essas vertentes, porém com dissociações que ao mesmo tempo as separavam. Mais tarde, Ratzel propôs uma visão do determinismo dos lugares sobre o

homem; por outro lado, contrapondo-se a isso, La Blache concebia as possibilidades que o homem poderia ter sobre o meio e a separação entre elementos físico-naturais e elementos humano-sociais. No entanto, nenhuma dessas concepções conseguiu inter-relacionar sistemicamente o homem com o meio natural.

Seguindo-se a discussão do pensamento complexo e a ideia de sistemas, é notável que para essa perspectiva, nem o método positivista, que não conseguia associar a questão física à humana, nem o marxismo, que partia da crítica do homem e sua sociedade, foram capazes de conceber em seus estudos as relações complexas do meio ambiente, sendo a teoria de sistemas o principal método encarregado do estudo dessa área. Por volta dos anos 1930, surge a abordagem sistêmica defendida e divulgada por Ludwig von Bertalanffy, biólogo alemão, que só décadas depois teve a obra Teoria dos Sistemas difundida em praticamente todas as áreas da ciência.

Chegamos então a uma concepção que, por oposição ao reducionismo, podemos denominar perspectivismo. Não podemos reduzir os níveis biológico, social e do comportamento ao nível mais baixo, o das construções e leis da física. Podemos contudo encontrar construções e possivelmente leis nos níveis individuais [...]. O princípio unificador e que encontramos organização em todos os níveis. (AMADOR, 2009, p. 76).

Assim, para a Geografia, as relações que se apresentaram na execução das atividades deram subsídios para construção do saber geográfico, quanto às formas a partir das quais o homem influencia e é influenciado pelo espaço, expondo-se às determinações que se faz desta relação, caracterizando as especificidades da questão ambiental.

A experiência direta no local onde o fenômeno se nota, bem como o contato com os sujeitos do estudo, permite um acervo de dados que muitas vezes não se expressa somente naquilo que é palpável. É o que a Geografia Humanística e a Geografia Cultural tratam de forma a garantir a cientificidade que, neste trabalho, se encaminha para a análise proposta em Dardel, quando utiliza pela primeira vez a noção de *geograficidade* para sintetizar a ideia de conceitos e definições a partir da experiência de quem as vive.

A *geograficidade* neste contexto traz características quanto à inserção do elemento terrestre entre as dimensões fundamentais da existência humana, pois o homem, segundo Dardel (1899-1967), deve se sentir ligado à terra, por ser chamado a se realizar em sua condição terrestre.

Os sentidos nos permitem ter uma visão de mundo e interpretar as diferentes representações e significados das coisas. Essa visão invisível a partir do visível nos permite, no caso da Geografia, analisar o mundo através de categorias. No nosso caso, a paisagem e o lugar como centro de manifestações simbólicas, através e a partir da natureza, da experiência e do contato direto com a vegetação, nos permitem uma fantástica abordagem de estudos que estão para além do verde, sem, contudo, diminuir a importância da crescente e eminente preocupação com o meio ambiente.

É nas representações dos saberes que os sentidos se configuram e se perpetuam na história, e transversalmente a eles podemos identificar as formas como os homens se apropriam ao mesmo tempo em que se tornam parte integrante de uma realidade. Isso foi o que notamos no tocante à forma como os sujeitos se comportaram frente ao fator subjetivo das relações com as árvores, principalmente as de maior porte, com as quais o fator de pertencimento, apego, fixação e sentimentos emergiu de maneira contundente.

Os resultados das relações apresentadas podem ser discutidos em paralelo com o primeiro momento da Geografia Cultural, caracterizado na Alemanha, França e Estados Unidos, especialmente pelas relações entre sociedade e natureza.

A Geografia Cultural permite a reflexão de que não há sociedade sem espaço; neste sentido, é no espaço que se manifestam os fatores eloquentes da interação do homem com a terra, fato que se reafirma nos resultados obtidos na pesquisa.

Ainda sobre a discussão dos resultados, cabe refletir a Geografia Humanística neste cenário. O desenvolvimento do significado do humanismo na Geografia constituiu-se de perspectivas científicas a respeito do homem (TUAN, 1976). Assim, a Geografia Humanística focaliza-se nas atividades dos homens e em como os fenômenos revelam a qualidade da conscientização humana.

Segundo Tuan (1976), um humanista olha os fatos concernentes às atividades que surgem no relacionamento do homem com a terra e pergunta: o que ele significa? O que ele diz a respeito de nós? Dessa maneira, uma infinidade de variáveis revela o caráter fundamental com o qual a perspectiva humanística é tratada neste trabalho.

Chegamos agora numa discussão a propor a evidência das categorias geográficas fundantes deste trabalho. Diante dos fatos citados no referencial e da gama de autores que tratam da questão da paisagem, tem-se que: é nesta categoria que podemos

refletir grande parte dos resultados obtidos. A Paisagem pensada na Geografia passa pelas formas físicas da superfície, pelas transformações humanas, pelo alcançado no olhar e pelo percebido diante do foco ao qual se pretende observar. Neste sentido, os nossos resultados afirmam o caminho traçado e desenvolvido por este campo e compreendem a base das discussões relativas ao estudo da vegetação e sua relação com o homem e suas atividades.

Sobre o Lugar, categoria singular para a Geografia, emergem os fatos ligados ao afeto, pertencimento, laços subjetivos, que caracterizam o desenvolvimento de parte dos resultados alcançados na pesquisa, afirmando nela aquilo que Tuan (1976) trata sobre ser o Lugar um mundo de significados.

CONCLUSÃO

A vegetação do semiárido nordestino, caracterizada pelas especificidades da região, possui uma capacidade de resistência a períodos de seca, no entanto, grande parte é incapaz de reestruturar-se naturalmente, devido à influência do homem sobre o solo. É neste momento que diversas variáveis revelam uma reciprocidade de dependências que há no relacionamento do homem com a terra.

A Geografia, preocupada com essas relações, garante o diálogo entre o fenômeno e a ciência, alicerçando, a partir de suas ramificações, as diversas variáveis que se apresentam e evidenciam o caráter e visão geográfica sobre o fato.

O trabalho desenvolvido no Distrito Pitombeira, localizado na zona rural do município de Calçado-PE, desenvolveu-se sob o objetivo de analisar a relação da referida população com a vegetação. Para isso, um apanhado teórico e uma metodologia de estudo de caso foram adotados para a boa execução da pesquisa e para uma coleta de dados sólidos, permitindo o diálogo dos resultados com toda a proposta adotada.

O distrito Pitombeira possui uma população que tem como principal atividade econômica a agricultura. Dentre os distritos do município de Calçado-PE, o distrito Pitombeira se sobressai pelo fato de ter uma representativa e considerável vegetação. O relacionamento do homem com essa vegetação se dá de diversas formas, e dentre as principais variáveis, pôde-se ser observada a questão do uso, da preservação e das relações de apego.

Quanto ao uso, pôde ser identificado que os moradores do distrito usam a vegetação para diversos fins, dentre os quais o caráter exploratório assume forte expressão. Foi notado que a madeira das árvores nativas em abundância, como, por exemplo, a Jurema, é utilizada para fazer carvão, estacas para cercas, aproveitamento de madeira para queimar em fogão a lenha. Quando essas atividades geram uma produção acima do esperado, há uma comercialização do que sobra, no entanto, a maioria dos sujeitos alegaram que o material explorado serve basicamente para consumo.

Outros fatores também foram abordados quanto ao uso da vegetação, como o caso de aproveitamento da casca da Aroeira como uso medicinal, para o preparo de chá. Outra questão que surgiu foi a questão da raspa da casca do Juazeiro como prática para escovação dos dentes.

Identificou-se, a partir dos sujeitos da pesquisa, o fato da preocupação com questões tais como os impactos e a conservação. Sobre estes aspectos, notou-se, nas falas, que existe, com bastante veemência, o discurso da importância em se conservar a vegetação, no entanto a prática só se dá a partir de árvores que não possuem existência em demasia. Ainda sobre este aspecto, foi notado que os discursos sempre atendiam a uma ideologia política e midiática, quanto ao desmatamento e questões climáticas.

Sobre as relações de apego ou pertencimento, foi identificado que existem, sobretudo, quando estes estão ligados ao bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, seja pelo sombreamento ou pela beleza das árvores no entorno de suas casas. Este apego gera uma infinidade de variáveis abordadas e embasadas no âmbito cultural e humanístico da Geografia.

Em Dardel, refletimos sobre as experiências que revelam os conceitos e categorias a partir do vivido pelos sujeitos, e em Tuan, adentramos numa Geografia do lugar, onde os aspectos subjetivos são tratados como fundamentais na construção, identificação e aplicação dos significados que se processam pela experiência concreta e direta com o fenômeno.

O caráter descritivo e exploratório desta pesquisa revelou que, embora exista uma conscientização sobre a questão ambiental, há, ao mesmo tempo, práticas que se confundem ou se contradizem com esta noção. As práticas revelam que o relacionamento do homem com a terra é repleto de variáveis e cabe a Geografia o mergulho na exploração dos aspectos que mantem a ciência viva na tentativa de refletir a sociedade interagindo com o espaço.

Este trabalho contribui para gestão e discussão quanto à vegetação desta região, no sentido de auxílio para tomadas de decisões e apontamentos de soluções. Serve de material para repensar práticas ambientais, sociais, políticas e para a própria Geografia, no tocante ao fortalecimento da ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Editora: Abril (Coleção O Pensadores), 1973.

ALVES, José Jakson Amancio; ARAÚJO, Maria Aparecida de; NASCIMENTO, Sebastiana Santos do. **Degradação da Caatinga: Uma investigação ecogeográfica**. Revista Caatinga – ISSN 0100-316X, p. 126-135. Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), 2009.

AMADOR, Maria Betânia Moreira. **Sistemismo e sustentabilidade: questão interdisciplinar**. São Paulo: Scortecci, 2011.

_____. Maria Betânia Moreira. **Abordagem geográfica de antigas áreas algarobadas através do estudo sistêmico dos processos superficiais da paisagem e sua influência na biota local: Monteiro/PR / Maria Betânia Moreira Amador**. – Recife: Ed. Universitária as UFPE, 2013.

ANDRADE, Manoel Correia de. **“L’ intervention de l’Eau et la sécheresse dans le Nordeste du Brésil”**. In Les. Hommes face aux Sécheresse (Coord. Bernard Bret), p. 391-398 Coll. “travaux et Mémoires” de L’ IHEAL, n° 42 – Série Thésés et Colloques, n. 1. Ed. Est/iheal, Paris, 1989.

BARDIN, L. **L’Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

_____. **Ánálise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BERTIN, Marta. **O Turismo em Foz do Iguaçu na Visão dos Estudantes: Um Estudo de Percepção Ambiental**. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, 2003.

BESSE, Jean- Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia/ Jean-Marc Besse; tradução Vladimir Bartalini**. – São Paulo: Perspectiva 2006.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a Geografia da Complexidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12 ed, São Paulo: Ática, 2001.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural** / Paul Claval; tradução de Luíz Fugagazolla Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3 ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Análise Crítica de textos**. Revista do departamento de Geografia, UERJ, n. 14, 2003.

CONTI, José Bueno. **A Geografia Física e as Relações Sociedade/Natureza no mundo tropical** / José Bueno Conti- São Paulo, Humanitas Publicações – FFLCH / USP, 1997.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**- São Paulo: perspectiva, 2011.

ELKIN, A. P. *Aborigenes australiens*. Paris, Gallimard. 1ª ed 1967.

FEITOZA, M. O. M. **Diversidade e caracterização fitossociológica do componente herbáceo em áreas de Caatinga no Nordeste do Brasil**. *Dissertação (Mestrado em Botânica)* – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p. 83, 2004.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração de empresas**. São Paulo, 1995, v.35, n.3, 1995. maio/jun. p. 20-29.

HOLMGREN, M. **Non-linear effects of drought under shade: reconciling physiological and ecological models in plant communities**. *Oecologia*, v. 169, p. 293, 2012.

HOLZER, Werther. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. *Território*, 2(3), 77-85. 1997

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Vol. 1, nº 2- 1996< Disponível em HTTP// www.historia.uff.br/labhoi/biblio/author/mauad. Acesso em 30/05/2013

MENDONÇA, F. A. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993.

_____, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente** / Francisco de Assis Mendonça. 7. Ed. – São Paulo: Contexto 2004. – (caminhos da Geografia).

MERLEAU- PONTY, Maurice. **A Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2004.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa . Porto Alegre: Sulina, 2005.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Tradução de Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento, Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geologia da Paisagem**. 2013.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço**. EdUERJ, 2001.

SANTOS, Irani; CIGOLONI, Adilar. Tudo que existe é: considerações sobre a ideia de Natureza em Milton Santos. In: **O curso da teoria: ensaios da natureza do espaço**. Florianópolis (no prelo), 2006.

SANTOS, Raí Vinícius. **Percepção da arborização Urbana na cidade de Calçado-PE, através de registros fotográficos de 1988 aos dias atuais.** I Simpósio Brasileiro online: Gestão Urbana. ISBN 978-85-68242-46-9. 2017. Acesso em 23/09/2017.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo:** exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica* ISSN 1677 4280 vol, 17. Nº 1 (2015). Acesso em 20/04/2018.

SOARES, Elda Simone dos Santos. **Efeitos de diferentes tipos de sombreamento nos atributos vegetativos e reprodutivos de herbáceas da Caatinga.** *Dissertação (Mestrado em Botânica)* – Universidade Federal rural de Pernambuco, Recife, p. 10, 2018.

TRICART, Jean L. F. **Paisagem e Ecologia.** Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação / Augusto Nivaldo Silva Triviños** – São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. *Tratado da metodologia da pesquisa clínica- qualitativa.* Petrópoles: Vozes, 2003. p. 351-368.

TUAN, Yu Fu: **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: Ed. Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência;** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL. 1983

_____. **Visibilidade: A Criação de Lugar.** In *Espaço e Lugar*, tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1976: 179 A 197.

VEYRET, Yvette: **«Géo-environnement** », *Revue Géographique de l'Est*[En ligne], vol. 40 / 1-2 | 2000, mis en ligne le 07 août 2013, consulté le 18 juin 2018. URL: <http://journals.openedition.org/rge/426>. 1999.

APÊNDICES

Apêndice 1- Questões da entrevista

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1- O (a) senhor (a) conhece árvores da região? Quais? Tem algumas dessas árvores nas suas terras?

- 2- Você utiliza a madeira dessa árvore para alguma atividade? Qual?

- 3- Você comercializa a madeira de árvores ? Como você faz?

- 4- Porque você tenta conservar árvores nativas?

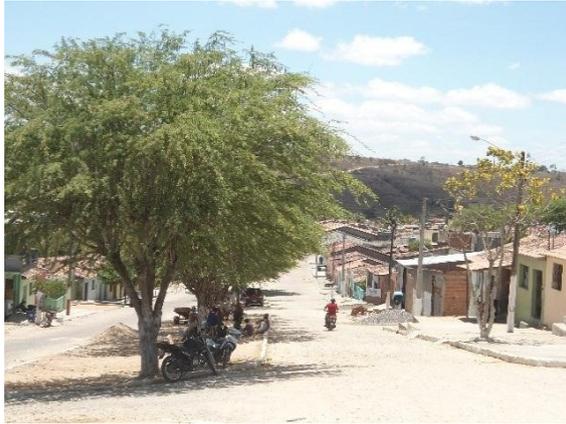
- 5- O que árvores nativas representam para você?

Apêndice 2-Algumas fotografias utilizadas como motivação nas entrevistas









APÊNCICE 3- Termo de autorização das informações cedidas

Autorização

Declaramos para os devidos fins, que autorizamos a inserção do uso de informações por mim fornecidas ao pesquisador Raí Vinícius Santos – Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (Mat. 201611006584) para realização da pesquisa **Percepção sobre a vegetação no município de Calçado-PE**. Ressaltamos a importância dessa pesquisa para a caracterização da reflexão sobre a eminente discussão global sobre o meio ambiente, principalmente em regiões semiáridas, em parceria que se estabelecerá com a Universidade Federal de Sergipe.

Calçado/PE, abril de 2018.

Entrevistado

APÊNDICE 4: Entrevista 1- Jurema

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1

“A jurema, ela representa pra o nosso consumo, né, o dia a dia, pra fazer carvão pra o consumo e também, se fazer muito, pra venda também pra ajudar nas despesas, estacas, por exemplo, pra fazer a cerca, né.”

“Tem sim, a aroeira, e ela, a aroeira serve bastante pra remédio. O pé de juá serve também, e várias coisas que dessas árvores que se a gente bem soubesse pra cultivar elas mais ainda.”

“Já vendemos sim, estacas, carvão.”

“Se a gente bem soubesse hoje em dia, porque tá tão raro, e principalmente pra juventude né, que eles não tem esse conhecimento, que o quanto valoriza muito a gente cultivar as nossas árvores e a gente ver que o ambiente tá da forma que tá por falta delas, que as pessoas, principalmente os homens, eles tão cortando elas e não tão repondo outras no lugar delas. É muito importante, se a gente bem soubesse. As árvores são muito importantes pra gente sim.”

APÊNDICE 5: Entrevista 2- Juazeiro

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 2

“Minhas terras tem jurema, tem lima, mas assim, só jurema.”

“Tem pouquinhos, né. Foram tiradas quase tudo, que não tem bolada de mato, aí no cercado nós deixamos um pedacinho.”

“Eu sinto muito né, porque se a pessoa ver um pé de árvore morrendo tem que plantar outro no lugar né, porque é muito triste porque as árvores é que chama chuva né pra terra, porque se não tiver os pé de árvore não tem como ter humidade pra puxar água. Pra você ver onde tem muito pé de árvore e muita coisa verde chove mais.”

“Usamos pra queimar, pra fazer alguma estaca, pra carvão, pra queimar no fogo de lenha, nós queima lenha também. Os que tem a gente deixa pra ver se conserva estaca. Tem um pé de mulugu na divisa e serve pra fazer sombra.”

APÊNDICE 6: Entrevista 3- Braúna

TANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 3

“Representa pra mim, é muito importante pra nós, porque a gente sem essas árvores... um terreno sem árvore não tem nem um descanso pra um animal descansar, nem a gente mesmo, serve até pra gente. Eu peguei aquele pé de planta ali, plantei dois pé de planta aqui e se Deus quiser daqui uns dias tá uma sombra descende no meu terreiro, porque não é uma boa pra pessoa? A pessoa tá num terreno sem uma árvore, como é que um bichinho vai ter um descanso? A gente mesmo tá aperrado dentro de casa com calor, sai pra fora já tem uma sombra pra ficar né?”

“Conheço a braúna, principalmente porque ela tá em extinção pra nós aqui né, porque eu só vi ali, lá nos meninos.”

“Eu tenho um pé de imbu que ele tá querendo oiá, só que os bichos comeram, mas eu acho que ele vai oiá novamente. Tem pé de pitomba e então tem jurema, aí no cercado tem bastante jurema.”

“Não comercializamos porque não dá né, porque aqui vai botando as galhas e as que dar pra tirar estacas aí bota no cercado mesmo. Que nem agora tá precisando fazer a reforma da cerca, Zeca vai ter fazer as estacas e vai tirar delas. Foi tirados uma galhas da jurema pra fazer umas estacas e nós aproveitou pra fazer um carvãozinho, só que foi pouquinho porque também era pouco.”

“Porque serve pra nós se servir com ela, em vez da gente comprar. Inclusive até que eu plantei uns pé de jurema ali na beira da estrada. Tu acredita que plantei? Os meninos tavam no cercado e não acreditaram que tinha sido eu que tinha plantado aí arrancaram os pés de Jurema, mas eu, eu sempre gosto de plantar. Eu tava até pensando em cortar aquele pé de pau de Maria, que ela tem a maior vontade de cortar aquele pé de pau ali uma galha dele e eu plantar novamente porque na época que eu fui pra uma reunião no sertão aí eu vi lá um exemplo que a gente podia tomar, cada um de nós, porque o pessoal lá eles não compram estacas pra cercar o cercado e lá eles chamam ‘cerca viva’. Eles pegam aqueles pé de pau, principalmente desses que eu tenho aqui no terreiro, foi uma planta que eu trouxe de lá. Eles faz a cerca todinha e aquele pé de pau vai esgalhando, vão cavando e plantando novamente na cerca e aí fica a cerca toda viva, dali eles já tiram aquelas galhas que vão engrossando e vão fazendo novamente a cerca de novo e nunca compra estacas lá. Já se chama ‘cerca viva’ lá, e eu tinha a maior vontade de fazer aqui.”

APÊNDICE 7: Entrevista 4- Aroeira

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 4

“Pra mim as árvores representam muita coisa, viu. Muita, muita coisa mesmo, porque, assim, eu sou muito fã da natureza. Eu sou contra quem corta um pé de árvore porque muita gente só dá pra cortar as árvores e não planta outras, mas é aquele sistema, eu quando vim cortar – como tinha um pé de caju lá em casa- só foi cortado mesmo por causa do terreiro de cimento, que foi cortado, mas ali foi uma dó muito grande que foi cortado, mas só que eu repus no lugar dele, que é aquele pé de pau, mesmo que ele não dê fruto, mas é um pé de pau muito importante que eu acho bonito e faz muita sombra, é uma sombra abençoada.”

“Como a jurema, né, como o juá... O que eu tenho mais conhecimento é do juá, né, da aroeira e da jurema. Aqui nas terras tem a jurema, tem aroeira... e juá.”

“Utilizamos pra fazer cerca. Pra cortar a jurema e fazer cerca com ela, serve as estacas né, pra fazer cerca. Pra fazer carvão.”

“Não comercializamos. Só pra consumo mesmo.”

“Porque é muito bom, porque a natureza ela só assim, como diz, assim, só chove muito num canto que tem muito pé de árvore, eu já ouvi essa história, mas aqui não, aqui o povo, pelo contrário, o povo tão acabando os que tem, as árvores que tem, mas pra mim é uma coisa muito importante preservar as árvores, que já pensou um terreno sem pé de árvore nenhuma?”

“Ah eu tenho muito apego, gosto muito das árvores, da natureza. Quando eu vejo uma pessoa cortando um pé de árvore, aquilo ali, pra mim, é um crime, porque corta e não planta outra no lugar daquela árvore, aí pra mim é um crime muito dos grandes.”

ANEXOS

Anexo A- Lei nº 447/2005. Criação do conselho municipal de defesa do meio ambiente

CÂMARA MUNICIPAL DE CALÇADO

Estado de Pernambuco
Casa Antonio Tomé de Oliveira
CNPJ nº 11.240.181/0001-40

Lei nº 447/2005

EMENTA: Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, e dá outras providências:

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CALÇADO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber que foi aprovada, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, nos termos da Lei Orgânica do Município de Calçado, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e de Recursos HÍDRICOS, órgãos de participação direta e democrática da comunidade na normalização das políticas e das ações da Municipalidade, responsabilizando-se, não somente pela formulação e controle das políticas ambientais do Município mas, sobretudo pelo acompanhamento e fiscalização dessas políticas, de forma articulada com todos os poderes legalmente constituídos, e com a sociedade civil organizada no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável do Município com a preservação do meio ambiente.

Art. 2º - O CODEMA terá como finalidade promover pesquisa e estudos na área da preservação do Meio ambiente e do Patrimônio Histórico e cultural; sugerir campanhas educativas, prioridades de atuação, bem como a fiscalização do uso dos recursos repassados a projetos e preservações ambientais e, ainda, propor formas de captação e alocação de recursos e suas respectivas finalidades, denunciando toda a irregularidade e agressões sofridas pelo meio ambiente no município de Calçado.

Art. 3º - Compete ao Conselho do Meio ambiente;

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II – Reunir-se, em cada início de mandato, para definir a forma de atuação, em função do respectivo Regimento, a periodicidade de suas reuniões e as formas de suas deliberações plenárias;

III – Observar e respeitar as Constituições Federal, Estadual, a Lei Orgânica e o Código de Posturas do Município de Calçado, preservando sempre o interesse público;

IV – Realizar encontros, debates, seminários e formas de discussão sobre a temática ambiental, de forma a privilegiar a atuação conjunta com entidades da sociedade civil, interessadas em tais discussões;

V – Propor ao Poder Legislativo Municipal o tombamento de áreas, monumentos, prédios, praças e outros afins para a conservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Calçado, podendo firmar convênios com Universidades e Faculdades, a fim de efetuar o levantamento do Patrimônio, da História e da Cultura do Município.

Art. 4º - Os recursos humanos e materiais de apoio às atividades do Conselho Municipal do Meio Ambiente correrão por conta do Fundo de Política Ambiental do Município de Calçado a ser criado por Lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE CALÇADO

Estado de Pernambuco
Casa Antonio Tomé de Oliveira
CNPJ nº 11.240.181/0001-40

Parágrafo Único – Enquanto não foi criado o fundo que trata o artigo 4º, as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias alocadas nas Secretarias correspondentes.

Art. 5º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente – CODEMA, será composto por 10 (dez) membros, sendo 05 titulares e 05 suplentes, com mandatos renováveis a cada 02 (dois) anos, com a seguinte constituição:

I – 04 (quatro) representantes indicados pela Prefeitura Municipal de Calçado;

II – 02 (dois) representantes indicados pela Câmara Municipal de Calçado;

III – 02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Calçado;

IV – 02 (dois) representantes do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Calçado.

Art. 6º - O Processo de indicação a que alude o artigo anterior será de responsabilidade das entidades representativas dos segmento indicados nos seus incisos.

Art. 7º - É vedado o pagamento de auxílio ou jetons aos Conselheiros.

Art. 8º - Esta Lei complementa a Lei Orgânica do Município de Calçado, e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora, 23 de novembro de 2005.

Carlos Roberto da Silva

Presidente

Expedito Nascimento dos Santos

1º Secretário

José Maria da Silva

2º Secretário

**Anexo B- Lei nº 455/2006. Proteção do patrimônio cultural e natural
do município de Calçado-PE**

CAMARA MUNICIPAL DE CALÇADO

Estado de Pernambuco
Casa Antonio Tome de Oliveira
C.N.P.J 11.240.181/0001 - 40

LEI N.º 455/2006.

EMENTA: "Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e natural do Município de Calçado atendendo ao disposto no Artigo 216 da Constituição Federal."

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CALÇADO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber que foi aprovada, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais naturais de propriedade pública ou particular, de natureza material ou imaterial, localizados no território do Município de Calçado que importe a preservar por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a criar o Conselho municipal do Patrimônio Cultural do Município de Calçado, órgão de assessoramento à Prefeitura municipal, com atribuições especial de zelar pela preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município.

Art. 3º - O Conselho instituirá e manterá um livro de tomo, para a inscrição dos bens que, citados no Artigo 1º, tenham seu tombamento efetuado.

Parágrafo 1º - Efetua-se o tombamento mediante resolução da maioria absoluta dos membros do Conselho, discriminando as características do bem.

Parágrafo 2º - A resolução do Conselho, depois de homologada por Decreto do Prefeito, será inscrita no livro de tomo referido no *Captu* deste artigo.

Parágrafo 3º - O tombamento somente poderá ser cancelado com anuência do Conselho, por maioria absoluta de seus membros.

CAMARA MUNICIPAL DE CALÇADO

**Estado de Pernambuco
Casa Antonio Tome de Oliveira
C.N.P.J 11.240.181/0001 - 40**

Art. 4º - Considera-se tombados pelo Município, sendo automaticamente levados a registro, todos os bens que, situados no seu território, tenham sido tombados pela União ou pelo Estado de Pernambuco.

Art. 5º - As restrições à livre disposição, uso e gozo dos bens tombados, bem como as sanções ao seu desrespeito, são os estabelecidos nas legislações federais e estaduais, cabendo à Prefeitura providenciar sua aplicação em cada caso.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, incentivos fiscais e creditícios a serem dispensados aos bens tombados.

Art. 7º - A alienação onerosa dos bens tombados fica sujeito ao direito de preferência, a ser exercido pela Prefeitura, na conformidade das disposições específicas do decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Art. 8º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA, em 26 de abril de 2006.

**Carlos Roberto da Silva
Presidente**

**Expedito Nascimento dos Santos
1º Secretário**

**José Maria da Silva
2º Secretário**

